

ATUAÇÃO

UMA PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

ANO 7 | Nº 14 | DEZEMBRO 2016

BRASIL É A BOLA DA VEZ NA CRISE DO

CAPITALISMO

O golpe do *impeachment* agravou os efeitos da crise mundial que chegou ao país e abriu brecha para o governo ilegítimo de Michel Temer impor medidas que arrocam os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros

2017
Renove
seus

ideais
e faça
parte
da
luta

em defesa

da
**Educação
Pública!**

São os votos da

FETEMS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL
FILIADA À CUT CNB ORESE
73 SIMTEDES afiliados

Diretoria

Presidente: Roberto Magno Botareli Cesar
Vice-presidente: Sueli Veiga Melo
Secretária-Geral: Deumeires Batista de Souza Rodrigues de Moraes
Secretário Adjunto: Marcos Antonio Paz Daz Silveira
Secretário de Finanças: Jaime Teixeira
Sec. Adjunto de Finanças: José Remijo Percin
Sec. de Formação Sindical: Joaquim Donizete de Matos
Sec. para Assuntos Jurídicos: Amarildo do Prado
Sec. de Assuntos Educacionais: Joscemir Josmar Moresco
Sec. dos Func. Administrativos: Wilds Ovando Pereira
Sec. de Comunicação: Ademir Cerri
Sec. de Administração e Patrimônio: Paulo Antonio dos Santos
Sec. de Política Municipal: Ademar Plácido da Rosa
Sec. de Políticas Sociais: Iara Gutierrez Cuellar
Sec. dos Aposentados e Assuntos Previdenciários: José Felix Filho
Sec. dos Espec. em Ed. e Coordenadores Pedagógicos: Sebastião Serafim Garcia
Sec. de Relações de Gênero: Cristiane de Fátima Pinheiro
Sec. de Combate ao Racismo: Maria Laura Castro dos Santos
Sec. da Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação: Maria Ildonei de Lima Pedra
Departamento dos Trabalhadores na Educação no Campo: Leuslania Cruz de Matos
Suplente 1: Nilson Francisco da Silva
Suplente 2: Rejane Eurides Sichinel Silva
Suplente 3: Idelcides Gutierrez Dengue
Suplente 4: Elizabeth Raimunda da Silva Sigarini
Suplente 5: Ivarlete Pinheiro
Suplente 6: Maria Suely Lima da Rocha

Vice-presidentes regionais:

Amambai: Olga Tobias Mariano e Valério Lopes
 Aquidauana: Jeferson de Pádua Melo e José de Ávila Ferraz
 Campo Grande: Paulo Cesar Lima e Renato Pires de Paula
 Corumbá: Luizio Wilson Espinosa e Antonio Celso M. dos Santos
 Coxim: Thereza Cristina Ferreira Pedro e Onivan de Lima Correia
 Dourados: Anderci Silva e Apolinário Candado
 Fátima do Sul: Maria Jorge Leite da Silva e Nilsa Maria Bolsanelo Sales
 Jardim: Ludemar Solis Nazareth Azambuja e Sandra Luiza da Silva
 Naviraí: Valdecir Roberto Mandalho e Margareti Macena de Lima
 Nova Andradina: Edson Granato e Izabel Silveira da Rosa
 Paranaíba: Tânia Mara de Moraes Silva e Tânia Aparecida da Silva Marques
 Ponta Porã: Joel Aparecido Barbosa Pereira e Luiz Carlos Marques Valejo
 Tacuru: Jandir Carlos Dallabrida e Elizeu Gomes da Silva
 Três Lagoas: Maria Aparecida Diogo e Maria Inês Anselmo Costa

Delegados de base à CNTE:

Campo Grande: Idalina Silva
 Miranda: Robelsi Pereira
 Nova Andradina: Maurício dos Santos

Conselho Fiscal da FETEMS:

Anastácio: Rodney Custódio da Silva
 Campo Grande: Alceu Wanderley Lancine
 Dourados: José Aureliano da Silva
 Costa Rica: Rosely Cruz Machado
 Nova Alvorada do Sul: Irene do Carmo

Assessoria de Imprensa da FETEMS: Karina Vilas Boas**Redação e Produção**

Iris Comunicação Integrada
 Rua Chafica Fatuche Abussafi, 200
 Parque dos Poderes - 79036-112
 Campo Grande/MS
 + 55 67 3025.6466

Publicações: [2006-2007] 2012-

Impressão: Idealiza Gráfica Editora e CTP
 Londrina (43) 3373-7879
 www.idealizagraf.com.br
Tiragem: 10 mil exemplares

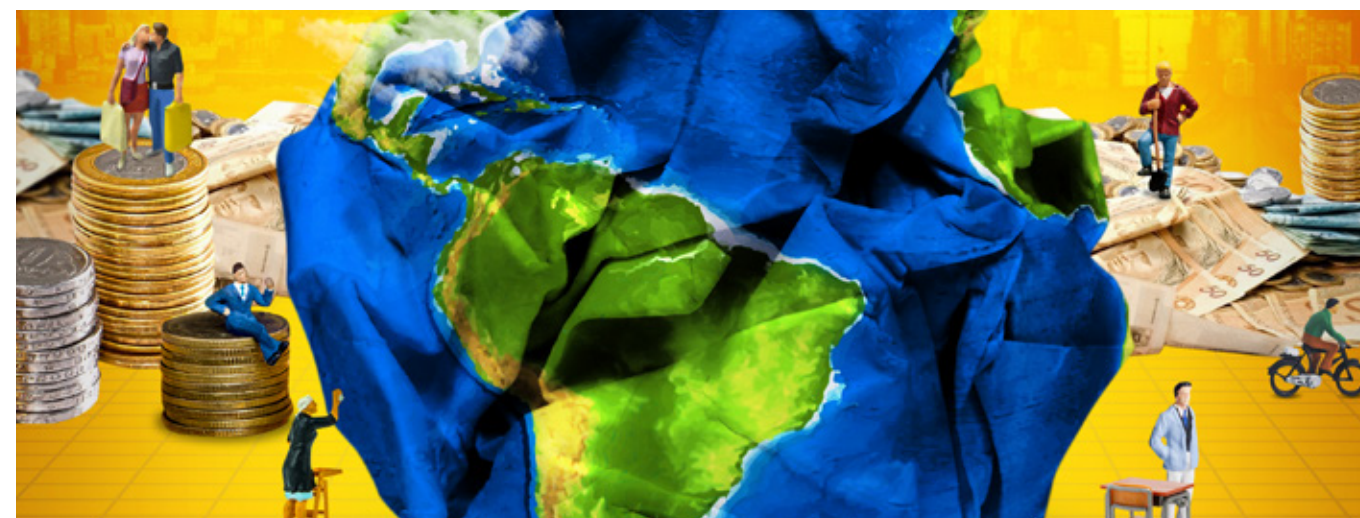
Os textos assinados são de responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, a opinião da revista.

Diretora de criação: Nanci Silva**Diretor de arte:** Rogério Castilho**Jornalista responsável e editora:** Laura Samudio Chudecki (DRT-MS 242)**Revisão:** Greice Maciel**Colaboram nesta edição:**

Catarine Sturza
 Karina Vilas Boas

Fotos

Wilson Jr.
 Assessoria de Imprensa da FETEMS
 Renato Alves



● Interior7

Escola da rede estadual de Itaquiraí/MS promove júri simulado, e alunos debatem temas polêmicos, exercitam a oralidade e a produção de textos

● Capa22

Brasil sente os efeitos da crise mundial, e governo Temer impõe medidas que tiram direitos dos trabalhadores

● Brasília34

Mais de 50 projetos que tramitam no Congresso Nacional visam a perda de direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro

● Entrevista50

Iêda Leal de Souza, do SINTEGO, alerta sobre os riscos da terceirização do ensino público e diz que momento é de luta para os sindicatos

● Retrospectiva56

Em 2016, mobilizações, paralisações, encontros, seminários e intensos debates mantiveram firmes os ideais de lutas da FETEMS e de seus 73 sindicatos afiliados

Nossa luta é pelo povo brasileiro!

É por Paulo Freire, que defendeu a pedagogia da libertação, da autonomia, dos saberes e se empenhou em levar ensinamento aos pobres, que a FETEMS vai dizer não às reformas educacionais incabíveis, propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Mais do que nunca, amparamo-nos na afirmação insolúvel do mestre: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

É por Darcy Ribeiro, que incansavelmente defendeu os povos indígenas, combateu as desigualdades sociais e entregou à Educação Pública brasileira a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que a FETEMS não vai se resignar nunca!

Herbert José de Souza, o Betinho, afirmou: “A alma da fome é política”! Betinho viveu todos os dias de sua vida, em defesa da vida, na luta contra a fome e contra o HIV/AIDS, exigindo do poder público o controle nos bancos de sangue e a garantia de tratamento humanizado. É por Betinho e por seu legado de conquistas, que a FETEMS ergue a bandeira de luta em defesa da garantia de atendimento universal no Sistema Único de Saúde (SUS).

É por Apolônio de Carvalho, que lutou pela liberdade, contra a opressão, defendeu a democracia e o diálogo entre o povo e o governo, que a FETEMS vai manter seus ideais de construir uma sociedade melhor, vai combater a Reforma da Previdência e todos os projetos de lei que visam a retirada de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

É por Marçal de Souza Tupã-Y, que morreu bravamente defendendo o povo guarani, que a FETEMS vai continuar lutando por justiça social, contra o preconceito e todas as formas de discriminação.

É por Egídio Brunetto, que carregou a luta pela terra nas mãos e no coração, que a FETEMS vai continuar lutando pela Reforma Agrária.

É pela Constituição de 1988, que nos torna um só povo na garantia de nossos direitos, que não vamos abrir mão das nossas conquistas históricas. A Constituição Federal é o maior patrimônio da sociedade brasileira.

É pelos milhões de trabalhadoras e trabalhadores anônimos, que fazem do Brasil a pátria amada e idolatrada, que a nossa luta não para nunca!

Em 2017, nosso grito é: Fora Temer!



Roberto Magno Botareli Cesar

Presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

Senso crítico & Reflexão

Júri simulado permite debate sobre temas atuais entre alunos da rede pública de Itaquirá/MS



“Como professora e orientadora do projeto e das respectivas turmas envolvidas, acompanho o passo a passo de cada etapa do trabalho, as angústias, as expectativas, as superações, o medo do “novo”, o ânimo de cada mínimo detalhe que sobressai ao amplo contexto e, principalmente, o grande avanço na oralidade e na escrita. Especialmente, nas produções textuais onde os alunos conseguem escrever e expor suas opiniões de forma clara e objetiva, frente a quaisquer temas propostos”

Kelly Cristina dos Santos, professora das séries finais do ensino fundamental

Enquanto propostas como a Lei da Mordaza circulam em várias casas legislativas do país, tentando usurpar o pensamento crítico em sala de aula, iniciativas pedagógicas reafirmam a escola como espaço do livre pensamento, exercendo seu papel de formar e promover, por meio do conhecimento, cidadãos conscientes de seu papel em sociedade. É o que acontece na Escola Estadual Prof. José Juarez Ribeiro de Oliveira, localizada no município de Itaquiraí, região sul de Mato Grosso do Sul, que criou o projeto Júri Simulado permitindo que os alunos debatam temas contemporâneos, exercitem a oralidade, a produção textual e desenvolvam o senso crítico e reflexivo.

O primeiro Júri Simulado aconteceu em 2014 como prática pedagógica das aulas da professora de Língua Portuguesa Kelly Cristina, com turmas do 9º ano do ensino fundamental, e teve como tema o romance O Quinze, de Rachel de Queiroz, que narra a saga de Chico Bento e sua família. Em 2015, em parceria com a disciplina de História, o segundo júri abordou a questão polêmica sobre a maioria penal.

Para dar mais veracidade à atividade, o júri aconteceu no Fórum Municipal, tendo como juiz, o delegado que atuava no município, Dr. Rodrigo Blonkowski.

No início do mês de setembro deste ano, o júri debateu o aborto, na Câmara Municipal de Itaquiraí. Os alunos da turma A, do 9º ano do ensino fundamental, fizeram a acusação e os da turma B, a defesa. Participaram também da atividade, o conselho de sentença formado por pessoas da comunidade, pais, professores, coordenadores e representantes das secretarias de Saúde e Educação. A função de juiz foi desempenhada pelo investigador de polícia civil do município de Naviraí/MS, Arlei Marcelo Farias. A turma que desempenhou a acusação foi a vencedora.

“O projeto é uma atividade com duração de um bimestre, aproximadamente dois meses. Inicia-se com a escolha da temática a ser abordada, em seguida a divisão dos componentes dos grupos, bem como o posicionamento que cada um deverá seguir: defesa ou acusação”, explica a professora Kelly Cristina.

O segundo passo é a pesqui-



sa, essencial para o conhecimento prévio do assunto. Outro fator primordial são as palestras, que envolvem profissionais específicos das áreas abordadas. “As palestras enriquecem ainda mais as argumentações e aprimoram de forma objetiva a construção dos debates”, destaca Kelly.

Para o diretor da escola Denis Junior Henrique da Silva, “o Projeto Júri Simulado é uma ferramenta de aprendizagem, permite que o aluno aprenda de forma prazerosa. Os temas debatidos são relevantes e indispensáveis para a formação do aluno, permite que ele fique mais crítico e atuante, além de contribuir para a tomada de decisão no que diz respeito à escolha do curso superior. Muitos alunos envolvidos nos júrís anteriores já estão falando em seguir na seara jurídica”, diz.

Em 2013, a Escola Estadual Prof. José Juarez Ribeiro de Oliveira obteve nota 3,7 no Ideb

[Índice de Desenvolvimento da Educação Básica]. Em 2015, a pontuação subiu para 4,7 pontos. Para o diretor Denis, o Projeto Júri Simulado é uma das ações implantadas pela escola que contribuíram para a melhoria da nota do Ideb.

A presidenta do SIMTED de Itaquiraí, Margareth Maceno de Brito, ressalta a importância da iniciativa dos educadores da Escola Estadual Prof. José Juarez Ribeiro de Oliveira. “Educar é um ato político. Por isso, ações como essas são fundamentais para o processo de conscientização dos alunos e da comunidade escolar. Atualmente, vivemos um cenário político nacional de retrocessos. Existem várias propostas tramitando no Congresso que ameaçam a qualidade do ensino público. A escola, mais do que nunca, deve favorecer atividades e debates que promovam a formação de cidadãos críticos e conhecedores dos seus direitos e deveres em sociedade.”

“Participar do julgamento foi uma experiência incrível. Além de praticar a oralidade, essa atividade pode incentivar alunos a exercerem o ramo da advocacia.

Você fica nervosa, mas quando segura o microfone tem a sensação de estar em um julgamento de verdade, você abraça a causa e tenta de todas as formas convencer os jurados de que você está certa. Dessa vez, não foi possível, mas quem perde hoje, ganha amanhã, e digamos que não perdemos, pois todos ganharam em conhecimento, e é uma atividade, não um julgamento de verdade. Para mim, o júri simulado foi uma coisa tão boa que não tem como expressar como eu me sinto no momento”

Fernanda Caroline Nascimento Cavalcante,

aluna do 9º ano do ensino fundamental, turma A – Grupo da Defesa



“O júri simulado foi muito legal. Aprendi como funciona um júri, a experiência foi de aprendizagem, oralidade e um pouco de controlar o nervosismo. O júri foi quase real, lá estavam os jurados e o senhor meritíssimo, os microfones, a ré sendo julgada, a defesa e a acusação. O tema, muito polêmico, foi discutido com muitos argumentos e pensamentos diferentes dos dois lados.

A nossa vitória no júri foi muito boa e com sentimento de dever cumprido com muita responsabilidade. Penso que o júri nos ensinou muitas coisas, desde escrever até falar corretamente. Se pudesse, eu faria novamente”

Vanessa Cardoso Aguiar, aluna do 9º ano do ensino fundamental, turma B – Grupo da Acusação



GESTÃO PÚBLICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÕES



O Professor Doutor Erni Seibel da Universidade Federal de Santa Catarina defende que os gestores públicos deveriam fazer constantes avaliações de suas governanças, bem como avaliar as políticas públicas implantadas. Para ele, avaliar ajuda a formar critérios e a obter melhores resultados, além de ser uma forma de dar satisfação à população, mostrar o que anda sendo feito

com os impostos arrecadados.

Erni Seibel é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Administração pela mesma instituição e doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin, na Alemanha. Seibel pesquisa Administração com ênfase em organizações públicas, abrangendo temas como políticas públicas, avaliação de

políticas públicas, administração pública, cultura política e indicadores sociais. O doutor foi um dos palestrantes do Seminário Estadual de Gestão Escolar Democrática – No Caminho da Educação Pública Coletiva, Livre, Social e de Qualidade, realizado pela FETEMS, nos dias 16 e 17 de julho de 2016, em Campo Grande/MS. Confira!

Atuação – Qual o conceito de políticas públicas?

Seibel – Existem vários conceitos sobre políticas públicas, os quais são derivados da ciência política. Podemos dizer que são ações governamentais, embora haja políticas públicas não governamentais, voltadas para atender os interesses dos segmentos sociais. As políticas públicas podem ser federais, estaduais ou municipais. O Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], por exemplo, é uma política pública voltada para a educação. Já o SUS [Sistema Único de Saúde] expressa uma política de saúde, é um caso emblemático e um exemplo universal. O SUS foi desenhado/proposto na década de 1980 pelo movimento sanitário. Foi a primeira vez que uma política pública era elaborada fora da esfera do governo, fora dos tecnocratas. O pacto federativo que existe entre União, Estados e Municípios, que o SUS consegue realizar, é algo que outras áreas têm dificuldade em fazer. No caso da segurança pública, o ex-presidente Fernando Henrique propôs o SUSP [Sistema Único de Segurança Pública]. O que aconteceu neste caso? A segurança envolve o poder Judiciário, as polícias, o sistema carcerário, o Ministério Público e outras instituições. Essas instituições são extremamente autônomas. Então, um sistema único de segurança pública é quase impossível, pela dificuldade de um pacto entre essas instâncias. Elas têm dificuldade em trabalhar em parceria, só em casos excepcionais elas fazem isso.

Atuação – Qual sua avaliação sobre o SUS? É uma política pública que deu certo ou não?

Seibel – É muito difícil dizer se deu certo ou não. Entretanto, o SUS é um patrimônio da sociedade civil. Primeiro, pelas circunstâncias como ele surgiu. Segundo, porque ele se pauta

pela universalidade. A partir dele, temos várias subpolíticas públicas de atendimento à população. O programa Saúde da Família e outros são exemplos de subpolíticas. Nesse sentido, é inquestionável que o SUS deu certo. Por outro lado, criar um sistema de saúde financiado pelos poderes públicos é um problema. Os Estados Unidos têm um olhar para

“(...) o SUS é um patrimônio da sociedade civil. Primeiro, pelas circunstâncias como ele surgiu. Segundo, porque ele se pauta pela universalidade. A partir dele, temos várias subpolíticas públicas de atendimento à população. O programa Saúde da Família e outros são exemplos de subpolíticas. Nesse sentido, é inquestionável que o SUS deu certo”

o modelo do SUS, mas a questão lá e a seguinte: quem vai financiar o SUS? Entre os problemas do SUS, também podemos destacar a questão das categorias profissionais. Os médicos, por exemplo, têm um comprometimento muito instável com o Sistema Único de Saúde. Isso ocorre pela própria natureza da condição de médico que está fortemente ligada ao mercado. Eles participam da saúde na condição de mercadoria.

Atuação – E como mudar essa questão das categorias que atu-

am no SUS?

Seibel – É preciso criar leis e regras. Seria preciso criar uma profissão de médico público, por exemplo. Um plano de cargos e carreira, assim como existe para os profissionais da Educação. E o médico que fizesse a opção de carreira pública, provavelmente teria uma identidade ideológica com a questão de saúde pública. Sabemos que existem vários médicos que ganham pelo serviço público, mas não cumprem com suas cargas horárias, pois dividem suas atividades com consultórios. Essa dubiedade na atividade não poderia existir. Mas isso é uma questão estrutural do SUS. Não era possível visualizar isso quando o sistema foi criado.

Atuação – Quando começam as políticas públicas no Brasil?

Seibel – No Brasil, o período da ditadura militar repressou demandas sociais. Quando a democracia começou, grupos sociais se organizaram em forma de protestos, mobilizações e reivindicações. Essa organização se materializou em novos governos de esquerda, os quais criaram novas agendas. Essas agendas se institucionalizaram para atender os direitos humanos, proteger a mulher, a criança, o idoso, etc. Então, essas demandas e agendas materializaram-se em ações governamentais/políticas públicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Loas [Lei Orgânica da Assistência Social], delegacias de atendimento à mulher e outras estruturas de proteção. Eu diria que a grande tarefa política, quase 30 anos pós regime militar, é fazer a avaliação desses programas para saber se obtiveram resultados ou não. Esses programas são avaliados do ponto de vista gerencial, custo-benefício, mas a avaliação precisa ser feita do ponto de vista social, por isso o uso de indicadores é tão importante, eles expressam os resultados. Por

exemplo, na área da Educação, a universalização do ensino fundamental foi um dos programas instituídos. Sabemos que 97% das crianças estão na escola, isso é um sucesso. Por outro lado, a universalização do ensino criou outros problemas dentro da escola e precisamos identificá-los,

“O que temos que entender é que avaliação é um ato político. O que acontece é que o conceito que existe de avaliação vem do mercado, da administração de empresas. As empresas fazem avaliação dos seus subordinados. E nesse sentido, a avaliação é muito perversa. Particularmente sou contra avaliações individuais. Penso que devemos fazer avaliações coletivas”

encontrar soluções e obter melhores resultados no ensino. Isso se faz com avaliação.

Atuação – E por que essas avaliações não são feitas?

Seibel – Elas são feitas pelos tecnocratas. O Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] é uma das instituições que fazem avaliação. O Ipea é o grande idealizador de políticas públicas. A questão maior é a cultura política dos gestores em termos de avaliação. Em geral, eles não têm o costume de avaliar seus governos, seja por resistência, seja

por falta de conhecimento. A avaliação é uma prática de gestão recente, em geral avalia-se a relação custo-benefício, o que é muito importante. A sociedade deve saber quanto custam as ações governamentais, entretanto, é importante saber a eficácia social da gestão. O que é uma boa escola? O ensino fundamental é bom? O ensino médio é o melhor avaliador do ensino fundamental. E alunos entrando na universidade é uma situação que avalia o ensino médio. Isso são novos conceitos de avaliação, que não são conceitos de mercados gerencialistas. Os gestores não têm essa prática de fazer avaliação de seus governos porque isso implica responsabilização. Por que os indicadores estão revelando o declínio de determinada área? De quem é a responsabilidade? Essa é a primeira pergunta que surge. O que temos que entender é que avaliação é um ato político. O que acontece é que o conceito que existe de avaliação vem do mercado, da administração de empresas. As empresas fazem avaliação dos seus subordinados. E nesse sentido, a avaliação é muito perversa. Particularmente sou contra avaliações individuais. Penso que devemos fazer avaliações coletivas. Não se faz política pública fazendo avaliação individual. Por exemplo, na educação, avaliar os diretores de escola significa sugerir políticas de formação ou orientação. Não é punição. A avaliação ajuda na formação de critérios e na obtenção de melhores resultados.

Atuação – Qual é cultura de gestão que os gestores brasileiros têm?

Seibel – Ainda somos uma sociedade patrimonial. A cultura de gestão é sempre a da experiência pessoal. A experiência pessoal é importante, mas não pode ser preponderante. Quando falo de uma nova cultura de gestão, quero dizer que precisamos sair

da experiência pessoal e da tradição, ou seja, sempre foi assim e vamos continuar fazendo assim. A gestão precisa ter eficácia social. Essa cultura de gestão que existe é avessa a novas propostas de políticas públicas com princípios éticos.

Atuação – Existe algum modelo no Brasil de gestão pública ideal?

Seibel – Penso que avançamos nesse sentido com a implantação do orçamento participativo na década de 1990, embora, atualmente, o orçamento participativo esteja em declínio no Brasil. A partir do orçamento participativo, tivemos cidades que avançaram em termos de gestão pública. A cidade de Chapecó (SC), por exemplo, vem realizando há mais de uma década o Congresso das Cidades, e já completou seu sexto congresso. A partir do

momento que uma cidade realiza um congresso dessa natureza, ela está se avaliando: o que temos, onde chegamos e o que queremos. Esse tipo de avaliação é um novo modelo de gestão. A finalidade da avaliação é dar uma satisfação para a sociedade, mostrar o que anda sendo feito com os impostos arrecadados.

Atuação – Como deveriam ser essas avaliações?

Seibel – Bom, como já disse, os tecnocratas fazem as avaliações. Algumas universidades também fazem. Penso que essas avaliações deveriam sair das instituições e entrar em outras instâncias vinculadas às políticas públicas, como os sindicatos, por exemplo. Assim como o Dieese faz estudos, os sindicatos da Educação, que é nosso caso, deveriam estar permanentemente afiadados com os dados da Educação. Assim é possível cobrar e responsabilizar os gestores. Os sindicatos têm pouco compromisso com as políticas de suas

áreas. Isso é uma situação comum em todo o Brasil.

“O Lula é reconhecido no mundo inteiro por causa do Bolsa Família. Por isso, a avaliação é tão importante, pois serve como instrumento de preservação de programas como o Bolsa Família”

Atuação – Além do SUS, qual outro programa você citaria como exemplo de política pública?

Seibel – Do ponto de vista de política social, podemos citar o Bolsa Família do governo Lula. Antes do programa, seis litros de leite que estavam destinados para chegar na casa de uma

família não chegavam, chegava apenas um. E por que isso acontecia? Porque não existia um braço do governo até essa casa, nem sequer a casa tinha endereço. Funcionava assim: o governo passava o leite para um vereador, o vereador passava para uma igreja ou para uma ONG e assim por diante, e cada um ficava com um litro de leite. Não havia esse braço institucional/governamental que chegasse até os mais pobres. E o que o programa fez? Conseguiu chegar até essa casa por meio de um cadastro único, por meio de um cartão bancário, associado a uma política de gênero, que prioriza as mulheres. O cartão era entregue na mão das mulheres. E com isso foi possível vincular aquela família com serviços de saúde e educação. O Lula é reconhecido no mundo inteiro por causa do Bolsa Família. Por isso, a avaliação é tão importante, pois serve como instrumento de preservação de programas como o Bolsa Família.



Cidadão Sul-Mato-Grossense

O presidente da FETEMS, Roberto Magno Botarelli Cesar, recebeu o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, no dia 19 de outubro de 2016, concedido pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Um reconhecimento que honra a todos os trabalhadores em Educação do estado.

"A luta pela Educação é uma atitude de cidadania em benefício de todos."





REALIDADES E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DO Campo

Por Catarine Sturza

Na FETEMS, entidades debatem deliberação do Conselho Estadual de Educação sobre funcionamento da Educação Básica nas escolas rurais

A Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) recebeu no dia 24 de agosto o “Seminário Estadual de Educação do Campo: Realidades e Perspectivas em Mato Grosso do Sul”, organizado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Cerca de 200 professores, representantes de entidades governamentais, patronais, sindicatos e movimentos sociais participaram do evento.

O objetivo do seminário foi ouvir as experiências de educação que estão sendo executadas no campo de Mato Grosso do Sul e propostas de pesquisadores e professores para atualização da Deliberação CEE/MS Nº 7.111, de 16 de outubro de 2003, que dispõe sobre o funcionamento da Educação Básica nas Escolas do Campo.

A vice-presidente da FETEMS, Sueli Veiga Melo, que representa a Federação no CEE, ressaltou a importância do evento e da atualização da deliberação. “O Conselho convidou todas as entidades, desde as governamentais, como a Secretaria de Educação; as patronais, como a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul); e os movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento Sem Terra (MST) para discutir como elas entendem, e o que é preciso melhorar na deliberação. Em Mato Grosso do Sul, estamos um passo à frente porque já temos essa legislação, mas ainda temos muito que avançar para que tenhamos no campo uma educação do campo, e não uma escola do campo que dá uma educação da cidade. É preciso um olhar diferenciado, tanto do ponto de vista de recurso, como da formação dos professores,

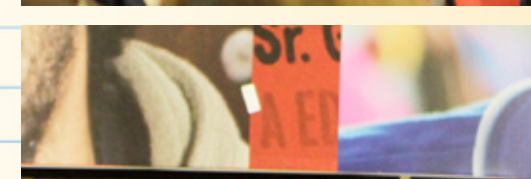
das estruturas e condições das escolas, que envolve alimentação, transporte, entre outros recursos”, explicou a vice-presidente.

Para o presidente da Câmara de Educação Básica do CEE, Valdevino Santiago, a importância do evento está em ouvir as diferentes realidades do estado, desde as escolas pantaneiras, das fazendas, até as escolas de assentamento. “Ouvindo, nós veremos o que é possível fazer no sentido de normatizar para que a educação do campo aconteça de forma legal, respeitando as diversidades e as realidades do estado. Embora esteja vigente há 13 anos, tem alguns aspectos que ainda estão em processo de implantação. Então, nós pretendemos preservar aspectos que são muito atuais, necessários, mas também acrescentar outras realidades e demandas que surgiram, e compatibilizar com a legislação nacional e a normatização do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação”, disse.

Principais dificuldades e expectativas

“Nós temos que pensar na educação do campo, para o campo e no campo”, enfatizou a presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino de MS, Maria da Glória Paim Barcelos. No entanto, muitas dificuldades ainda impedem a educação do campo. A falta de infraestrutura, de formação permanente de professores e de políticas públicas foram levantadas como principais problemas encontrados para o desenvolvimento da educação do campo.

Mato Grosso do Sul conta com 41 extensões de escolas estaduais localizadas no campo, e





em torno de 60 no âmbito municipal. “O grande desafio dessas escolas hoje é a formação do professor. O campo tem que ter profissionais com formação específica na área, que saibam trabalhar a importância da terra, e valorizar o fato de o aluno saber mexer com a enxada, lidar com o gado e tirar leite. Mas também não basta a formação, se não tem infraestrutura. As escolas do campo também precisam ser de qualidade. Muitas vezes, a cadeira que não serve aqui na cidade é jogada para o campo. Nós precisamos de uma sala de aula igual a da cidade e, muitas vezes, não é o que temos. Precisamos sim de material pedagógico, livro didático, internet, televisão”, pontuou o presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de São Gabriel do Oeste (Simted), Onivan de Lima Correa.

Valdevino também ressaltou a necessidade de bons professores no campo. “Os professores, muitas vezes, são tratados até por parte do poder público

com forma discriminatória. Às vezes, como ato disciplinar, algum professor é mandado para o campo como forma de castigá-lo. Que trabalho que um professor desse vai fazer indo para o campo nessa condição?”, destacou.

O transporte é outro empecilho para o desenvolvimento da verdadeira educação do campo, segundo os debatedores. “O governo, às vezes, prefere tirar o aluno do campo e levar para a cidade. O transporte demora quatro horas para chegar à cidade. O aluno vai chegar cansado, não vai ter rendimento”, citou Onivan.

De acordo com a vice-presidente do CEE, Vera de Fátima de Paula Antunes, a principal dificuldade do governo quanto à educação é o transporte escolar. “Que o aluno fique menos tempo dentro do ônibus, que possamos ter extensões ou escolas mais próximas daquela comunidade. Nós temos uma grande extensão territorial, nós temos comunidades que ficam dispersas em

algumas localidades do estado”, afirmou. Segundo a deliberação, os alunos não podem ficar acima de 50% do tempo de aula dentro do transporte, ou seja, mais de duas horas dentro do transporte escolar.

A falta de políticas públicas foi destacada por Elizandra Gonçalves e Antônio Lacerda como grande desafio. “Entendemos que temos que ter as leis para assegurar os sujeitos do campo, mas isso não basta. A gente precisa lutar no dia a dia para que, de fato, esses direitos sejam cumpridos. Tem municípios que não cumprem. As escolas do campo, muitas vezes, são tratadas com preconceitos. Por isso, precisamos fazer esse debate buscando melhoria nas políticas públicas”, afirmou a conselheira e representante dos movimentos sociais no CEE, coordenadora das escolas do campo de Terenos e militante da Educação do MST, Elizandra Gonçalves do Nascimento.

Para Antônio Lacerda Souto, assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e membro titular do Fórum Nacional de Educação (FNE) como integrante da Representação Social do Campo, outra dificuldade está na reforma agrária. “A concepção da educação do campo pressupõe



que primeiro tenhamos uma luta pela democratização da terra. É preciso continuar a luta pela reforma agrária para assegurar que as famílias produtoras do alimento que a gente consome passem a conviver no campo. Temos uma concentração de terra muito grande na mão de poucos. A gente precisa ter políticas que estimulem essa produção de pequenos produtores, e que essa área, em vez de reduzir, possa aumentar. Se eu tenho reforma agrária e tenho políticas públicas, vamos ter gente no campo, e escola do campo”, destacou.

Uma das metas da deliberação estadual é que até 2024, 50% das escolas sejam de tempo integral. “Estamos estudando para que todas as escolas passem a ser integral, e pelo menos a metade até 2024. Um problema sério que enfrentamos é o financiamento da educação. Estamos sentindo que o financiamento está prejudicado pela crise econômica que o Brasil está passando, mas acreditamos que dias melhores virão e que até 2024 possamos atender essa norma”, pontuou a vice-presidente do CEE, Vera de Fátima de Paula Antunes.

“O campo é o motor da eco-

nomia em estado como Mato Grosso do Sul, que é eminentemente agrário. Se tivermos boas escolas do campo, teremos bons profissionais que fortalecerão a economia, e assim os municípios e os estados arrecadarão mais. Todo mundo sai ganhando. Educação do campo não é gasto, é investimento. É um investimento que vai trazer um retorno”, finalizou Valdevino.

O evento ainda contou com apresentação cultural intitulada “Mística”, que destacou a importância da valorização das especificidades do campo, como a colheita, as ferramentas, o cultivo e a cultura. Com cartazes, professores e educadores pediram melhor infraestrutura escolar, proposta pedagógica, formas de utilização dos espaços, respeito ao meio ambiente, a valorização e a construção coletiva priorizando uma educação de qualidade.

Também participaram do evento o diretor financeiro da FETEMS, Jaime Teixeira; a diretora da Famasul e do Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural], Terezinha Candido; o secretário de Jovem e Meio Ambiente, Jorge Bento Soares, representando a Federação dos

Trabalhadores da Agricultura de MS (Fetagri-MS); a presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino de MS, Maria da Glória Paim Barcelos; Izabel Cristina de Oliveira, da União dos Dirigentes Municipais de Educação; e o coordenador de Políticas Específicas para a Educação, da Secretaria de Estado de Educação (SED), Alfredo Anastácio Neto.



Professores de São Gabriel do Oeste

avancam na pesquisa e publicam
artigos na Revista Arandu

Por Karina Vilas Boas



A edição n.º 74 da Revista Arandu contemplou o município de São Gabriel do Oeste publicando artigos de dois professores que abordam a aplicação da Lei Federal n.º 10.639/2003, a qual torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Sancionada há 13 anos, a lei propõe novas diretrizes curriculares que objetivam a produção e a divulgação de conhecimentos, atitudes e valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, ao respeito aos direitos de todos, à valorização da identidade e à consolidação de uma nação democrática. A lei instituiu também o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

O artigo “O cumprimento da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de São Gabriel do Oeste”, de autoria do professor Onivan de Lima Correa,

que também é presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação do município, apresenta dados de pesquisa realizada nas escolas e nos centros de educação infantil que estão desenvolvendo conteúdos relacionados à história da África e dos afrodescendentes.

De acordo com Onivan de Lima, foram aplicados cerca de 50 questionários para professores, direção e coordenação, e, por meio do material coletado, o pesquisador chegou à conclusão de que ainda será preciso avançar, e muito, para que legislações como esta saiam do papel. “A escola é lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, e o Brasil é formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas e não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Após minha pesquisa, que foi realizada com foco nas séries iniciais, ficou com-

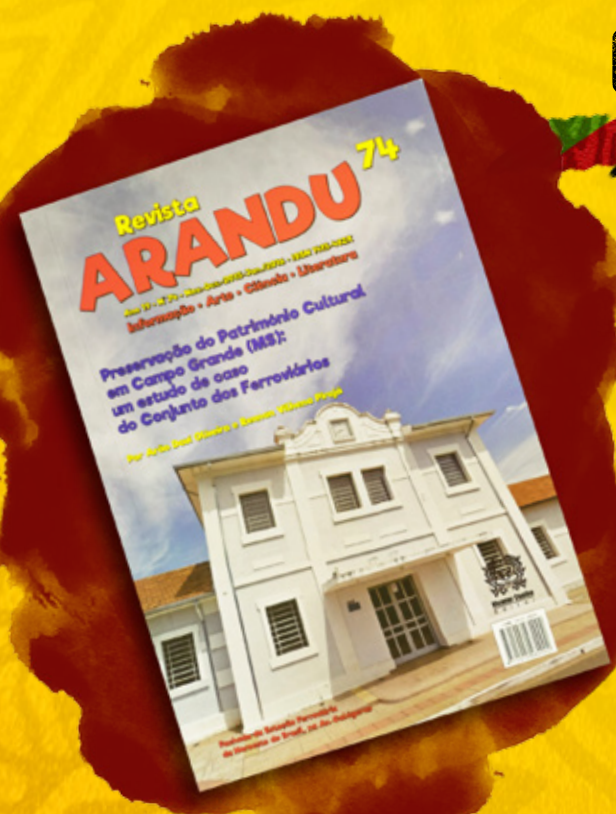
provado que os profissionais de Educação, em sua maioria, não possuem conhecimento da existência da legislação e a matéria em questão não faz parte do currículo escolar das crianças”, afirma.

Já a professora Josefa dos Santos publicou o artigo “Políticas públicas educacionais e história e cultura afro-brasileira no município de São Gabriel do Oeste”, referente à pesquisa com os profissionais da Educação que atuam do 6º ao 9º ano. Os artigos em questão são um alerta, pois com certeza a triste realidade da não aplicação dessa legislação é nacional. “Infelizmente, as nossas escolas tratam as políticas públicas educacionais da história e cultura afro-brasileira superficialmente, na maioria das vezes, apenas no Dia da Consciência Negra. A legislação federal foi criada justamente para mudar esse quadro, e o que as pesquisas em questão mostram é que isso não aconteceu de fato”, ressalta.

Grupo Literário Arandu

O Grupo Literário Arandu foi fundado há 19 anos, em Dourados/MS, pelos escritores Carlos Amarilha, Luciano Serafim, Edir Sales e Nicanor Coelho, com o objetivo de incentivar a publicação de obras de autores sul-mato-grossenses. A revista Arandu é publicada semestralmente e já completou 74 edições.

Segundo o presidente do Grupo Literário Arandu, Carlos Amarilha, a publicação consecutiva da revista Arandu nesses 19 anos mostra a importância do grupo para a cultura do estado, já que a revista traz trabalhos relevantes produzidos por críticos literários, artistas, professores, jornalistas e pesquisadores das Ciências Humanas, Exatas e Biológicas, no intuito de aprimorar o diálogo entre os interessados e expor os resultados de suas pesquisas em diferentes espaços de suas respectivas áreas, como encontros, simpósios, colóquios, congressos, fóruns, em programas de graduação, pós-graduação, grupos de pesquisa, núcleo de estudos coletivos, entre outros.



Dicas para uma boa leitura

Mészáros discute como pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano. Exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição os seus fundamentos. Sustenta que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação.

Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois o que as classes dominantes impõem é uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age e usa a palavra como arma para transformar a realidade.

Pensando na construção da ruptura com a lógica do capital, Mészáros reflete nas páginas deste livro sobre algumas questões essenciais: Qual o papel da educação na construção de um outro mundo possível? Como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano? Como se constitui uma educação que realize as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias?

Os direitos autorais desta e de toda a obra de Mészáros no Brasil foram doados para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST.

Fonte: Boitempo Editorial



A Educação Para Além do Capital

Autor: István Mészáros
Editora: Boitempo Editorial
128 páginas



Todos os Contos

Autor: Clarice Lispector
Organização: Benjamin Mose
Editora: Rocco
656 páginas

A coletânea que reúne pela primeira vez todos os contos da escritora num único volume foi organizada pelo biógrafo Benjamin Moser, autor de “Clarice”.

Autora de romances e contos que figuram entre os mais emblemáticos da literatura brasileira, Clarice Lispector é considerada uma das mais importantes escritoras do século XX. Sua popularidade alcançou níveis surpreendentes nas últimas décadas, especialmente após o fenômeno da internet, mas sua figura e sua obra seguem exercendo sobre leitores o mesmo e fascinante estranhamento que causaram desde sua estreia literária, em 1943.

Na coletânea, é possível redescobrir Clarice, desde os primeiros escritos, ainda na adolescência, até as suas últimas linhas.

Fonte: Livraria da Folha

BRASIL

É A BOLA DA VEZ NA CRISE DO

CAPITALISMO

A crise do capitalismo se alastra pelo mundo e quem paga a conta é o trabalhador. No Brasil, após o golpe do *impeachment*, o governo ilegítimo arrocha o povo com medidas que visam a retirada de direitos historicamente conquistados



“Existe uma crise do capitalismo e essa crise chegou aqui. E por causa desse contexto econômico mundial, os direitos dos trabalhadores estão sendo ameaçados. Na Europa, os trabalhadores sofrem as mesmas ameaças. Se focarmos na economia, entenderemos o que está acontecendo”

Carla Centeno, professora doutora em Filosofia e História da Educação da UEMS

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal aprovou, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o *impeachment* de Dilma Rousseff. A primeira mulher eleita presidenta do Brasil, reeleita em 2014, perdeu o mandato sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais”. Entretanto, Dilma não é ré em nenhum processo, não cometeu até agora nenhum crime de responsabilidade fiscal, mesmo porque os processos ainda não foram julgados, e não é investigada em nenhum escândalo de corrupção. É importante esclarecer que as “pedaladas” são manobras fiscais corriqueiras utilizadas pelos governos para fechar as contas de determinado período fiscal. Segundo a Advocacia Geral da União (AGU), as “pedaladas” ocorrem desde 2000 e foram praticadas por Fernando Henrique Cardoso, Lula, governadores e prefeitos. Todos “pedalaram” e ninguém foi cassado pela manobra.

O que aconteceu no Brasil foi um golpe de Estado articulado pela direita oligárquica. Uma batalha política em que os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta. “O *impeachment* foi um ‘golpe branco’”. Parlamentares e juízes utilizaram dispositivos legais instrumentalizados para tirar Dilma Rousseff do comando do país”, comenta o presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), Roberto Magno Botareli Cesar.

É importante lembrar que Dilma foi eleita com 54 milhões de votos, ao mesmo tempo em que os mesmos votos populares elegeram uma das bancadas mais conservadoras da história do parlamento brasileiro. Essa bancada reacionária, aliada aos meios de comunicação de massa (especialmente à TV Globo), ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria-Geral da

República, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, articulou um golpe de força jurídico-parlamentar que culminou com o fim do mandato da presidenta Dilma.

Abrimos um parêntese para destacar que dos 367 deputados que votaram a favor do impedimento da presidenta, 119 respondem ou já responderam por crimes na justiça comum ou eleitoral, ou estão envolvidos em alguma suspeita. Já dos senadores que votaram pelo *impeachment*, 13 são investigados na Operação Lava Jato.

Engana-se quem pensa que estamos diante de um fato novo. Desde a independência do Brasil, declarada em 7 de setembro de 1822, não faltaram episódios turbulentos na política do país. “Historicamente, o Brasil se constituiu por meio de golpes. A República foi um golpe na Monarquia. Nos anos de 1930, veio a Era Vargas. Getúlio Vargas deu um golpe no próprio golpe”, explica a professora doutora em Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Carla Centeno.

Em uma breve retrospectiva, nos anos de 1930, Getúlio Vargas deu um golpe na República Velha, que tinha como base uma aliança conhecida como política do Café com Leite, em que os grandes proprietários de terras, criadores de gado e produtores de café (burguesia) detinham o poder republicano brasileiro. No governo provisório (1930-1934), Vargas promulgou uma nova Constituição. O Governo Constitucional permaneceu até o final de 1937. Depois de sofrer tentativas de golpes por parte da oposição/esquerda, Vargas anulou a Constituição de 1934 e acabou com o Poder Legislativo. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas fechou o Congresso Na-



cional e impôs ao país um nova Constituição inaugurando o Estado Novo (1937-1945). Depois vieram outros golpes, como o de 1964, que instalou o Regime Militar no país derrubando João Goulart (Jango), que assumiu o governo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Jango defendia medidas consideradas de esquerda, como a reforma agrária, a reforma da educação e a redução das desigualdades sociais. Suas propostas ameaçavam o poder econômico das elites e, em virtude disso, o

golpe foi articulado pelos militares, com o apoio dos empresários, da imprensa, dos ruralistas e da Igreja Católica, sob a justificativa de pôr fim à “ameaça do comunismo” e controlar a crise econômica. Após o golpe, Jango seguiu para o exílio no Uruguai, morreu em 1976 e foi sepultado no Brasil.

“A nossa democracia é muito frágil porque nossas matrizes de referência são frágeis. Temos uma história de exploração. O perfil da nossa burguesia é muito atrasado, está atrelado à escravidão. É uma

burguesia extremamente autoritária. Nosso país foi colonizado por uma nação que, de certa forma, retrocedeu. Portugal foi uma nação avançada, mas depois da União Ibérica e da Restauração sofreu um retrocesso em função de uma interferência da nobreza ligada à Inquisição. Nossa população nunca participou nem discutiu os processos políticos. Foram quase 400 anos de escravidão, pouco mais de 125 anos de República e apenas uns 60 anos de participação política,” completa Carla.

PRINCIPAIS GOLPES QUE MARCARAM A HISTÓRIA DO BRASIL

Dissolução da Assembleia Constituinte – “Noite da Agonia”

O primeiro golpe que o Brasil sofreu foi dado por Dom Pedro I contra a primeira Assembleia Geral Constituinte Brasileira. A dissolução da Assembleia aconteceu na madrugada do dia 12 de novembro de 1823 e ficou conhecida como Noite da Agonia. Com a ajuda de militares, Dom Pedro mandou cercar o prédio onde os deputados constituintes estavam reunidos, e quem resistiu foi preso e depois exilado. Em 25 de março de 1824, sem apreciação de uma Assembleia, o imperador aprovou a Constituição Imperial.

Golpe da Maioridade

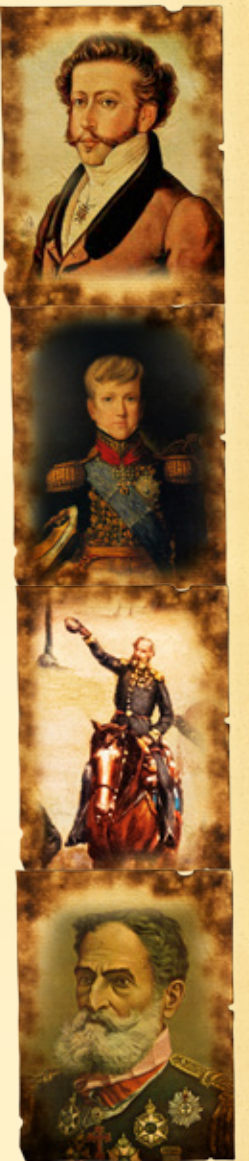
Dom Pedro I abdicou do trono em 1831, seu herdeiro, Dom Pedro II, tinha apenas seis anos de idade e precisava atingir a maioridade para governar. A Constituição de 1824 determinava que o imperador só poderia assumir o trono aos 18 anos. Um grupo de deputados e senadores organizou o chamado “Clube Maiorista”, que tinha como objetivo o adiantamento da coroação de Dom Pedro II aos 15 anos de idade. Mesmo a proposta sendo inconstitucional, Dom Pedro II foi coroado em 23 de julho de 1840.

Proclamação da República

A Proclamação da República, que aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, foi um golpe militar que acabou com a Monarquia no Brasil. A questão da escravidão era um dos maiores campos da tensão político-ideológica que se instalou no país naquele período. Os intelectuais, os militares e os órgãos de imprensa defendiam a abolição como uma necessidade primordial para a modernização socioeconômica do país. Por outro lado, a oligarquia dos fazendeiros fazia oposição ao fim da escravidão. Os militares insatisfeitos organizaram o golpe de Estado contra a Monarquia.

Golpe de 3 de novembro

Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente do Brasil após a Proclamação da República. Para resolver o problema da pressão que os oposicionistas exerciam sobre o seu governo, dissolveu, via decreto, o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891. Em seguida, para completar o golpe, instaurou, com outro decreto, Estado de Sítio no país, o que autorizou o exército a cercar a Câmara e o Senado e a prender políticos oposicionistas.



Revolução de 1930

Getúlio Vargas deu um golpe na República Velha, que tinha como base uma aliança conhecida como política do Café com Leite, em que os grandes proprietários de terras, criadores de gado e produtores de café (burguesia) detinham o poder republicano brasileiro. No governo provisório (1930-1934), Vargas promulgou uma nova Constituição. O Governo Constitucional permaneceu até o final de 1937.

“Estado Novo” (1937)

Depois de sofrer tentativas de golpes por parte da oposição/esquerda, Vargas anulou a Constituição de 1934 e acabou com o Poder Legislativo. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs ao país uma nova Constituição inaugurando o Estado Novo (1937-1945).

Golpe de 1964

João Goulart (Jango) assumiu o país após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Jango defendia medidas consideradas de esquerda como a reforma agrária, reforma da educação e a redução das desigualdades sociais. Suas propostas ameaçavam o poder econômico das elites e, em virtude disso, o golpe foi articulado pelos militares, com o apoio dos empresários, da imprensa, dos ruralistas e da Igreja Católica, sob a justificativa de pôr fim à “ameaça do comunismo” e controlar a crise econômica.

Impeachment de 2016 – “Golpe Branco”

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, conhecido mundialmente como “Golpe Branco”, foi articulado pela direita oligárquica (congressistas, empresários e ruralistas) aliada aos meios de comunicação de massa (especialmente à TV Globo), ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, os quais se utilizaram de dispositivos legais para tirar Dilma Rousseff do comando do país, sob a acusação de a presidenta ter cometido crime de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais”. Entretanto, Dilma não é ré em nenhum processo, não cometeu até agora nenhum crime de responsabilidade fiscal, mesmo porque os processos ainda não foram julgados, e não é investigada em nenhum escândalo de corrupção.

Com informações do Brasil Escola



econômico são ditadas pelos bancos. Esses grupos financeiros atuam fortemente nas decisões políticas dos países. Ao contrário da indústria, que gera produção de bens e serviços, a atividade financeira, por si só, não produz riqueza alguma nem gera serviços. Ou seja: menos postos de trabalho, mais desemprego. O crescimento econômico mundial desacelera e acelera o ritmo das desigualdades.

“Estamos passando por uma crise estrutural do capital. Mészáros [Isztván Mészáros, filósofo marxista contemporâneo] fala sobre isso. O capitalismo vivia crises cíclicas, mas dos anos de 1970 para cá, vive uma crise estrutural. Mészáros chama isso de crise definitiva do capital, ou seja, não teremos mais períodos longos de crescimento”, explica o professor mestre em Educação, da UEMS, Paulo Edyr Bueno de Camargo.

Em 2011, o Instituto Politécnico de Zurique listou os 50 maiores conglomerados empresariais do mun-

do. Desse total, 48 eram grupos financeiros. A atividade financeira oferece créditos que incentivam a produção, mas o grande foco dos bancos é a especulação, ou seja, a obtenção de lucros, sem geração de trabalho ou produção.

No Brasil, segundo dados apurados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1995, a produção industrial representava 36% do PIB brasileiro, e atualmente, ela não ultrapassa 9%, ou seja, apenas um quarto do percentual de 20 anos atrás.

Um estudo da organização não governamental britânica Oxfam, baseado em dados do banco Credit Suisse (Suíça) relativos a 2015, demonstra que 1% da população global detém a mesma riqueza dos 99% restantes. A Oxfam verificou que a proporção de riqueza do 1% mais rico vem aumentando desde 2009. O relatório também diz que as 62 pessoas mais ricas do mundo têm o mesmo em riqueza que toda a metade mais pobre da população global.

O professor Paulo Edyr defende a ideia de que o capitalismo, da forma como vem se sustentando ao longo da história, vai entrar em colapso: “Acredito que o capitalismo vai quebrar um dia e isso está próximo. Mas espero que haja outra proposta para substituir o sistema. Não podemos ficar no vácuo, senão vai ser uma barbárie. Rosa Luxemburgo [filósofa e economista marxista] lançou a máxima: ‘socialismo ou barbárie’. O velho sonho do socialismo nunca foi tão necessário como agora. Entretanto, um governo socialista não pode ser implantado em um só país.”

“Um governo socialista não é algo apenas idealizado. Se o capitalismo é um sistema universal, essas mudanças também precisam se dar de forma universal. É preciso que os trabalhadores tenham consciência de classe, e que isso se torne universal para implantar o socialismo”, complementa a professora Carla Centeno.

CRISE ECONÔMICA MUNDIAL SEM CONSPIRAÇÃO

Que o *impeachment* foi mais um golpe e um atentado à democracia brasileira, isso não se discute. Entretanto, estudiosos e sindicalistas, alertam para uma questão muito mais abrangente. A professora doutora Carla Centeno explica mais uma vez que, para entender o que está acontecendo no Brasil, é preciso analisar o cenário mundial. “Existe uma crise do capitalismo e essa crise chegou aqui.

E por causa desse contexto econômico mundial, os direitos dos trabalhadores estão sendo ameaçados. Na Europa, os trabalhadores sofrem as mesmas ameaças. Se focarmos na economia, entenderemos o que está acontecendo. Para Carla, a queda do euro e do dólar após a aprovação do processo de *impeachment* na Câmara Federal, no mês de abril, “é um sinal de que o mercado influenciou

a conjuntura política nacional.”

O que acontece na economia mundial não é nenhuma teoria da conspiração. Vivemos as consequências da crise do capitalismo financeiro. Até o fim do século XX, os empresários da indústria comandavam a economia mundial, após esse período vivemos a transição do capitalismo, da fase industrial para a fase financeira. E, atualmente, as regras do mercado



“Estamos passando por uma crise estrutural do capital. Mészáros fala sobre isso. O capitalismo vivia crises cíclicas, mas dos anos de 1970 para cá, vive uma crise estrutural. Mészáros chama isso de crise definitiva do capital, ou seja, não teremos mais períodos longos de crescimento”

Paulo Edyr Bueno de Camargo, professor mestre em Educação da UEMS

SUBPRIMES E O BRASIL

A atividade especulativa é uma bomba relógio para a economia mundial. A Crise dos *Subprimes* também conhecida como “bolha imobiliária” que explodiu em 2008, nos Estados Unidos, é um exemplo do alto risco da especulação. No começo dos anos 2000, o mercado imobiliário americano começou a se expandir com o incentivo do Federal Reserve, o FED – Sistema de Bancos Centrais dos Estados Unidos, que passou a diminuir juros e a incentivar empréstimos e financiamentos. A lógica era: mais dinheiro circulando, mais liquidez no mercado, maior a especulação financeira mundial.

O crédito passou a rolar solto, qualquer um poderia retirar um empréstimo ou financiar um imóvel. Empresas hipotecárias, bancos e financeiras começaram a emprestar e financiar cada vez mais. Neste contexto, surgiram os *subprimes* – clientes com renda mais baixa e com histórico de inadimplência. Esses clientes, tinham acesso a créditos que iam desde empréstimos hipotecários, cartões de crédito até aluguel de carros. Bom, enquanto os preços dos imóveis estavam em alta e as taxas de juros baixas, as dívidas eram pagas por meio de

“rolagem”, ou seja, o adiamento do pagamento da dívida, a troca de um título velho por um novo. Sendo assim, novos empréstimos eram feitos para pagar os velhos, e os imóveis eram dados como garantia. As taxas de juros eram pós-fixadas, estabelecidas no momento do pagamento das dívidas.

Os preços dos imóveis atingiram um pico no ano de 2006 e passaram a cair. O FED subiu as taxas de juros por causa da inflação, encareceu o crédito e afastou os compradores. A oferta passou a ser maior do que a procura. Com os juros nas alturas, os *subprimes* simplesmente não pagaram suas dívidas. O crédito sofreu uma desaceleração, desaqueceu a economia americana, as pessoas passaram a comprar menos, as empresas tiveram quedas na lucratividade e, consequentemente, a taxa de desemprego subiu, chegando a 10%.

O marco da crise foi a quebra do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. Todas as bolsas de valores do planeta sentiram o impacto da “bolha imobiliária americana”, um verdadeiro efeito dominó. O sintoma de qualquer crise econômica

é a falta de dinheiro no mercado, os investidores, mediante o cenário de incertezas, passaram a tirar as aplicações de ações, de bancos e de títulos dos governos. O *deficit* na economia americana diminuiu a oferta de crédito no mercado internacional.

No Brasil, no primeiro momento da crise mundial, o efeito não foi tão devastador porque os bancos nacionais não estavam profundamente vinculados aos títulos hipotecários estadunidenses. O governo federal lançou um pacote de medidas para estimular a economia. Entre as principais medidas, destacaram-se: novas alíquotas do Imposto de Renda, que reduziram a quantia retida na fonte; redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, materiais de construção, bens de capital e motocicletas, redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no crédito a pessoas físicas; manutenção do aumento do valor do salário mínimo que passou de R\$ 415 para R\$ 465; orientação aos bancos públicos para aumentar a concessão de crédito, com redução de taxas de juros; ampliação da cobertura do Programa

Bolsa Família; lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida e outras medidas populistas. Outra estratégia do governo foi a redução da taxa Selic [Sistema Especial de Liquidação e de Custódia], que bateu o recorde de baixa, chegando a 8,65%. Tal medida restringiu o investimento estrangeiro meramente especulativo, que são as aplicações de curto prazo, que visam apenas o alto retorno e não contribuem com o desenvolvimento nacional.

No entanto, os esforços do governo Lula não impediram que a crise chegasse até o país. Houve redução nas exportações, os mercados de ações sofreram intensas quedas, e conseguir crédito no exterior tornou-se tarefa árdua. Sem capital, sem crédito, sem financiamentos, sem investimentos, sem crescimento econômico.

“O Brasil ainda é um país não industrializado. Nosso PIB [Produto Interno Bruto] está concentrado nas *commodities* de grãos, carne, minério e petróleo. Como o consumo mundial diminuiu, houve queda na exportação desses produtos, que são a base da economia”, explica o secretário de Finanças da FETEMS, Jaime Teixeira.

Enfim, a bolha explodiu no Brasil e, junto com ela, uma das maiores crises políticas da história. De um lado, o governo, já liderado por Dilma Rousseff, tentando conter os efeitos do dominó e, do outro, a oposição oportunista, que se aproveitou da fragilidade econômica, dos escândalos de corrupção desencadeados pela Operação Lava Jato, e ainda, da insatisfação popular retratada nas jornadas de julho de 2013, para derrubar a presidenta.

POSICIONAMENTO POLÍTICO E COMERCIAL



É importante destacar que tanto Lula quanto Dilma, ao longo de seus governos procuraram pautar-se contra a implantação de políticas neoliberais, uma característica de vários governos populistas eleitos na América Latina nas últimas três décadas. Venezuela, Bolívia, Honduras, Paraguai e Uruguai também optaram pela desconstrução dos Estados neoliberais, investindo massivamente

na redução das desigualdades sociais. “Esses governos promoveram grandes mudanças nos cenários dos países, especialmente no campo social. Conquistaram mais educação, mais saúde, mais emprego, melhores salários, redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, e outros avanços. A América Latina estava sendo para o mundo um bloco de possibilidades e transformações,

“Nós tínhamos um projeto de governo que contemplava as políticas sociais. Enquanto o governo do PT tinha uma preocupação com o Bolsa Família, com a escola de qualidade, com a qualidade do SUS, com os programas de habitações populares e outros, o atual governo vai deixar tudo na mão do mercado. O mercado que resolva. É um neoliberalismo total. Por isso, eles propõem a privatização da saúde, da educação e de outros setores”

Jaime Teixeira, secretário de Finanças da FETEMS

especialmente para os mais pobres. A eleição desses governos é fruto do acúmulo das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, dos negros, dos índios, das pessoas com deficiências, das mulheres, da comunidade LGBT e da população que sempre foi excluída”, diz a vice-presidente da FETEMS, Sueli Veiga Melo.

Outro posicionamento dos governos Lula e Dilma diz respeito às alianças comerciais que o país fez, as quais se contrapuseram aos interesses geopolíticos estadunidenses. A criação dos BRICs [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] e a não aprovação da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas] colocaram em jogo a hegemonia do dólar na América Latina. “Atualmente, o maior parceiro comercial do Brasil é a Chi-

na. O novo eixo comercial criado pelos BRICs nunca agradou os Estados Unidos. Mas, como no governo Lula houve oferta de mercado, de trabalho, expansão do consumo e todo mundo estava bem, não havia motivos para tirá-lo do poder,” destaca Jaime Teixeira.

A retirada do capital estrangeiro também foi uma forma de pressionar o Brasil a adotar medidas que sustentem a hegemonia do dólar. Essa fuga do capital, que tem como finalidade o crédito destinado aos financiamentos e investimentos, agravou a crise política e econômica nacional, gerando desconforto social.

“Foi aí que os congressistas, a elite brasileira e o poder judiciário se beneficiaram e articularam o golpe do *impeachment*. “Agora,

cabe ao governo ilegítimo de Temer, a ‘nobre’ tarefa de ‘superar’ a crise e retomar o ‘crescimento’, propondo reformas para um estado mínimo, de acordo com a agenda neoliberal, com desvinculação dos gastos sociais obrigatórios, degradando direitos e políticas sociais. Ou seja, os ricos cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres”, diz o presidente da FETEMS, Roberto Bortareli.

Na opinião do professor mestre em Educação, da UEMS, Paulo Edyr Bueno de Camargo, os governos Lula e Dilma foram governos de conciliação de classes: “Foram governos populistas que trouxeram conquistas ao trabalhador e fizeram reformas sociais, mas a crise chegou e essa conciliação acabou.”

BRASIL NÃO É ÚNICO A SOFRER GOLPES DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Saindo dos limites territoriais do Brasil e dos limites da crise política interna, observamos que Dilma não foi a única a sofrer o “Golpe Branco”. Venezuela, Bolívia, Honduras, Argentina e Paraguai também foram perseguidos pelas direitas na última década

VENEZUELA

Em 2002, na Venezuela, reformas estruturais feitas pelo governo Hugo Chávez, entre elas, a reforma Constitucional e o controle efetivo do Estado sobre a estatal Petróleos de Venezuela, S.A (PDVSA), desencadeou a ira da direita venezuelana, que, aliada aos meios de comunicação de massa, convocou duas greves em menos de seis meses e pediu a renúncia do presidente. Em meio às manifestações, no dia 11 de abril de 2002, alguns militares articularam um golpe fracassado de Estado com uma suposta renúncia de Hugo Chávez, ao mesmo tempo em que Pedro Carmona Estanda, presidente da principal federação patronal do país, assumia o país como governante provisório. Carmona, que durou menos de dois dias no poder, recebeu apoio imediato do FMI [Fundo Monetário Internacional] e dos governos dos Estados Unidos e da Espanha. O apoio internacional foi tão forte, que no dia 12 de abril, o Fundo anunciou a disponibilidade de recursos financeiros para a Venezuela. Carmona “rasgou” a Constituição, aprovada em referendo popular, dissolveu a Assembleia Nacional, além de instituir o direito de destituir governadores e prefeitos eleitos. Entretanto, a mobilização dos setores populares garantiu a recondução de Hugo Chávez à Presidência da República em 13 de abril de 2002.



BOLÍVIA

Em 2004, governadores da elite boliviana, conhecida como “Meia Lua Boliviana”, composta pelos departamentos (estados) de Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija, nos quais a população indígena não é a maioria, encabeçaram uma movimentação golpista contra o presidente Evo Morales. Grupos opositores, liderados por prefeitos da região da Meia Lua, organizaram bloqueios de estradas, greves, ocupações de prédios estatais e até mesmo a sabotagem de um dos principais gasodutos do país. Alguns dirigentes opositores pediam a derrubada de Morales. Outros, principalmente os de Santa Cruz, tentaram organizar um referendo para independência do departamento ou de toda a região da Meia Lua.

Michelle Bachelet, então presidenta do Chile e presidenta pró-tempore da Unasul [União de Nações Sul-Americanas], convocou um encontro extraordinário dos presidentes. A entidade classificou os ataques como uma tentativa de desestabilização da democracia boliviana, e anunciou uma série de medidas em conjunto para apoiar o governo boliviano. Diante da total falta de apoio dos demais países do continente, a oposição boliviana decidiu baixar a guarda, desarmar os bloqueios, e até mesmo a ideia de referendo separatista foi abandonada.



HONDURAS

Manuel Zelaya foi outro perseguido no ano de 2009. O presidente de Honduras queria que as eleições gerais, quando seriam eleitos presidente, congressistas e lideranças municipais, tivessem mais uma consulta, sobre a possibilidade de se mudar a Constituição do país. Segundo sua proposta, os eleitores decidiriam na consulta se convocariam ou não uma Assembleia Constituinte para reformar a Carta Magna. Opositores viram na intenção uma manobra para ele se perpetuar no poder, e a acusação de inconstitucionalidade sobre a consulta popular foi elevada a crime de lesa-pátria. Durante a madrugada do dia 28 de junho, um grupo de militares, comandado pelo general Ramón Vásquez Velásquez, invadiu a casa presidencial e sequestrou o presidente Manuel Zelaya, levando-o de pijama a um aeroporto, onde foi despachado de avião até a Costa Rica.

Zelaya foi prontamente substituído no poder por Roberto Micheletti, presidente do Congresso, que logo teve o apoio de setores conservadores, abrindo um racha no Partido Liberal, legenda de ambos.

Manuel Zelaya tentou regressar a Honduras, conseguiu asilo na Embaixada do Brasil durante cinco meses, até ser definitivamente condenado ao exílio na República Dominicana.



PARAGUAI

Em 2012 foi a vez do Paraguai. Por 39 votos a favor e seis contrários, o Senado paraguaio aprovou em 22 de junho de 2012 a remoção de Fernando Lugo do poder, abrindo espaço para o vice-presidente Frederico Franco, do Partido Liberal Radical Autêntico, um ano após romper a coligação com Lugo. A decisão coroava a aprovação na Câmara dos Deputados, com 73 votos a favor e um contrário, ao processo de *impeachment*. Segundo o argumento oficial, Lugo era retirado do poder pelo “fraco desempenho de suas funções”. Os liberais ganharam, então, uma fugaz Presidência com Franco. Os colorados, por sua vez, conquistaram de volta o poder, com o empresário Horácio Cartes eleito meses depois.



Com informações da Carta Maior, Carta Capital e BBC Brasil



“Esses governos promoveram grandes mudanças nos cenários dos países, especialmente no campo social. Conquistaram mais educação, mais saúde, mais emprego, melhores salários, redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, e outros avanços. A América Latina estava sendo para o mundo um bloco de possibilidades e transformações, especialmente para os mais pobres”

Sueli Veiga Melo, vice-presidente da FETEMS

E AGORA?

“Agora nós precisamos lutar pela garantia dos nossos direitos, especialmente pelos direitos da educação pública e dos trabalhadores(as)”, afirma a vice-presidente da FETEMS, Sueli Veiga Melo. De acordo com ela, o capitalismo, por meio das empresas multinacionais e transnacionais, dos tratados comerciais e das políticas de mercado, vem intervindo na conjuntura interna dos países, pressionando os governos a estabelecerem medidas que favoreçam os conglomerados internacionais, começando pela flexibilização das leis trabalhistas. “Desta forma, as grandes empresas, onde estiverem atuando, não precisam negociar com categorias e sindicatos. Esses ajustes já foram feitos em vários países e vêm reduzindo direitos, aumentando o desemprego, contribuindo com a precarização das relações de trabalho e a privatização do patrimônio público. Os Estados Unidos é o grande patrocinador dos tratados de livre comércio, de acordos binacionais e multinacionais, na busca de manter sua hegemonia política e financeira a qualquer preço,” diz Sueli. A União Europeia, que sempre contou com seus projetos de políticas públicas nas áreas da saúde, educação, previdência, financiamento para a utilização de recursos públicos, não conseguiu fugir dos efeitos da crise e vem aplicando diversas políticas de “austeridade” e ajuste fiscal, com o propósito de conter os gastos públicos. Espanha, Itália, Grécia e Portugal fizeram reformas trabalhistas e previdenciárias que comprometem o bem-estar social, como aumento da

jornada de trabalho, aumento do tempo de trabalho para obter aposentadoria, redução dos serviços de seguros-desemprego e a terceirização do trabalho, entre outras. Essas mudanças contribuíram com o aumento da emigração, e os países perderam força de trabalho/mão de obra. Setores como saúde e educação, que sofreram cortes, também enfrentam precarização, com redução dos índices de aproveitamento escolar, e surgimento de epidemias consideradas erradicadas. Atualmente, a França protesta pela revogação da reforma trabalhista, aprovada em julho por meio de um dispositivo constitucional que forçou a aprovação sem a necessidade de uma votação em plenário. Um dos pontos mais criticados da nova lei é a flexibilização do regime de 35 horas de trabalho semanal, que pode chegar até 60 horas em circunstâncias excepcionais; e a facilidade de demissão em caso de dificuldades financeiras para as empresas com menos de 300 funcionários. A jornada de trabalho no Brasil é de 44 horas semanais, e a CUT [Central Única dos Trabalhadores] luta pela redução da jornada para 40 horas. Desde o início da crise mundial em 2008, os jovens foram os mais prejudicados pelo efeito dominó. De acordo com dados do Eurostat [escritório de estatística da UE], no segundo semestre de 2016, os 28 países da União Europeia (UE) registraram taxa de 8,6% de desemprego, a menor desde 2009. Contudo, a taxa de desemprego entre os jovens com menos de 25 anos foi de 18,6%, o que representa mais

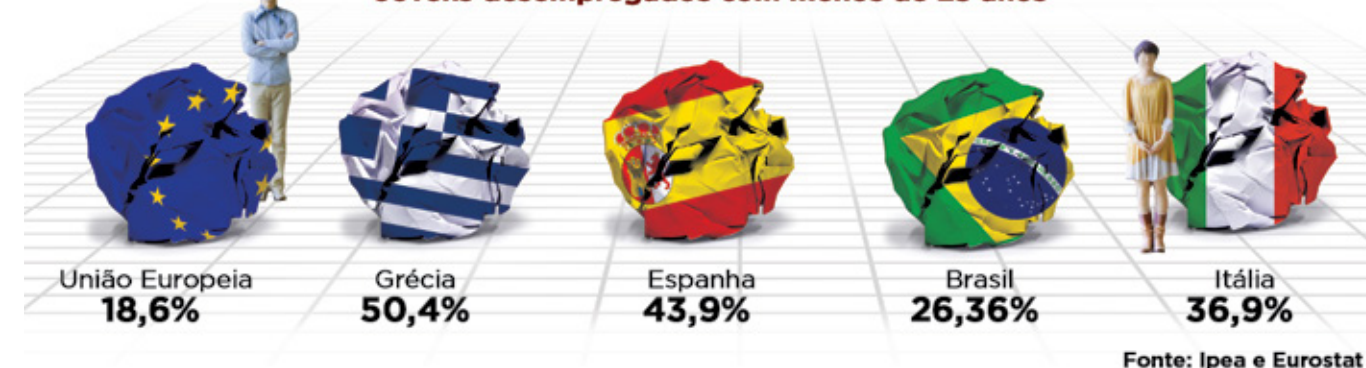
de 4 milhões de desempregados. Os países com maiores taxas de desemprego entre jovens são a Grécia, com 50,4%; Espanha, com 43,9%; e Itália, com 36,9%. No Brasil, levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os jovens com idade entre 14 e 24 anos são os mais afetados pelo desemprego. No 4º trimestre de 2015, o índice foi de 15,25% e passou para 26,36% no 1º trimestre de 2016. A oitava edição do relatório “Society at a Glance”, divulgado no mês de outubro, demonstra que 15% dos jovens (cerca de 40 milhões), dos 35 países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não trabalham, não estudam e não estão em formação. O relatório conclui: “Que a grande recessão pro-

vocou uma esmagadora taxa de desemprego, e os jovens foram particularmente atingidos. A recuperação tem sido incapaz de devolver empregos aos jovens entre 15 e 29 anos, principalmente aos menos qualificados.” O relatório alerta ainda, que a inatividade dessa população pode gerar isolamento e afastamento da sociedade e pôr em risco a coesão social. “Vivemos um retrocesso mundial, e o Brasil caminha para o mesmo rumo. Há um rompimento daquele momento de lutas sociais que culminou na Constituição de 1988, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira. Todas essas medidas do governo ilegítimo, a PEC 241 [PEC 55], a PLP 257, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e outras perdas, vão contra os direitos de cidadania e contra

a Constituição. Por isso, nós do movimento sindical, precisamos fazer uma luta consciente e permanentemente em defesa das nossas conquistas e direitos”, salienta Roberto Magno Botareli Cesar. Para Jaime Teixeira, houve uma mudança radical na ideologia política do Brasil: “Nós tínhamos um projeto de governo que contemplava as políticas sociais. Enquanto o governo do PT [Partido dos Trabalhadores] tinha uma preocupação com o Bolsa Família, com a escola de qualidade, com a qualidade do SUS [Sistema Único de Saúde], com os programas de habitações populares e outros, o atual governo vai deixar tudo na mão do mercado. O mercado que resolva. É um neoliberalismo total. Por isso, eles propõem a privatização da saúde, da educação e de outros setores”.

TAXA DE DESEMPREGO – 2016

Jovens desempregados com menos de 25 anos



“Vivemos um retrocesso mundial, e o Brasil caminha para o mesmo rumo. Há um rompimento daquele momento de lutas sociais que culminou na Constituição de 1988, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira. Todas essas medidas do governo ilegítimo, a PEC 241 [PEC 55], a PLP 257, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e outras perdas, vão contra os direitos de cidadania e contra a Constituição.

Roberto Magno Botareli Cesar, presidente da FETEMS



congresso do retro cesso



Conservador e comprometido com os interesses do capital e dos setores patronais, o pior Congresso da história da democracia brasileira, por meio das “sumidades” eleitas em 2014, articula a aprovação de mais de 50 projetos que têm por objetivo a perda de direitos trabalhistas e sociais



Congresso
do retrocesso



PEC 241, QUE AGORA É PEC 55, VAI ESTAGNAR O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

GASTOS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL FICAM CONGELADOS POR 20 ANOS

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, também conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos, que foi aprovada pelo Senado Federal no dia 29 de novembro de 2016, vai limitar despesas com saúde, educação, assistência social e previdência pelos próximos 20 anos. O Senado aprovou, por 61 votos a favor e 14 contrários, e a proposta seguiu para análise em segundo turno, marcada para o início de dezembro. Como se trata de uma mudança no texto constitucional, a aprovação no Senado precisa ter o apoio de três quintos dos senadores (49 de 81), nos dois turnos, para virar lei.

A PEC 55, tramitou na Câmara dos Deputados com o nome de PEC 241, e foi enviada ao Congresso pelo presidente Michel Temer no primeiro semestre. A proposta do governo ilegítimo

institui um novo regime fiscal, que determina que tais gastos não poderão crescer acima da inflação acumulada do ano anterior. Ou seja, o investimento será menor nessas áreas, o que irá contribuir para um retrocesso no desenvolvimento e no crescimento econômico do país, além de colocar em risco o bem-estar social.

Atualmente, esses gastos estão vinculados à evolução da arrecadação federal. Tais vínculos estão determinados na Constituição Federal de 1988 e priorizam e preservam os gastos públicos nessas áreas consideradas fundamentais. Essa arrecadação é obrigatória e independe do governo que esteja no poder.

A Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) repudia a decisão dos senadores e deputados do

Estado que votaram a favor da PEC 55. Os senadores Pedro Chaves (PSC), Simone Tebet (PMDB) e Waldemir Moka (PMDB), e os deputados Carlos Marun (PMDB), Elizeu Dionizio (PSDB), Geraldo Resende (PSDB), Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Tereza Cristina (PSB) mostraram que estão contra o povo brasileiro e contra o Brasil.

A proposta entra em vigor em 2017, o orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida irá valer para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.

Pelo texto da PEC, se um poder ou órgão desrespeitar o limite de gastos sofrerá, no ano seguinte, algumas sanções, como ficar proibido de fazer concursos ou conceder reajustes.

O QUE ACONTECE COM A APROVAÇÃO DA PEC:

EDUCAÇÃO

- Um estudo técnico realizado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados avalia que os impactos na educação podem gerar uma queda de aproximadamente R\$ 58,5 bilhões, no acumulado dos primeiros 10 anos, o que comprometeria todas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), com destaque para a Lei do Piso do Magistério e para a universalização do ensino.
- A PEC vai impedir qualquer aumento de matrículas na educação infantil e em qualquer outra etapa da educação básica, impedindo a construção e a abertura de novas escolas, novas turmas e contratações de profissionais da área.

SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL)

- A PEC 55 prevê também que não haverá aumento real do que é investido nos direitos sociais, nas políticas públicas e na seguridade social por 20 anos. Em valores reais, o mesmo montante de recursos aplicado em 2017 será aplicado em 2037, havendo apenas uma correção monetária.
- Aplicação *per capita* cada vez menor no SUS, já que a demanda por serviços aumentará e o financiamento não, o que implicará uma piora da oferta e da qualidade dos direitos à saúde para os brasileiros.
- Se a PEC 55 estivesse em vigor desde 2003, a saúde teria sofrido uma perda acumulada de R\$ 318 bilhões.

PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E PROGRAMAS SOCIAIS

Caso haja descumprimento do teto com gastos públicos, podem ocorrer sanções como:

- Proibição de criação de cargos, emprego ou função que implique aumento de despesa;
- Proibição de concessão de reajustes de salários de servidores públicos (com exceção daqueles derivados de sentença judicial ou de determinação legal anteriores à publicação da PEC);
- Impedimento de realização de concursos públicos e da alteração de estruturas de carreiras que se traduzam em aumento de despesa;
- Proibição da concessão de subsídios, subvenções superiores aos do ano anterior, além do impedimento de concessão ou ampliação de incentivos fiscais.

SALÁRIO MÍNIMO

- A proposta também inclui um mecanismo que pode levar ao congelamento do valor do salário mínimo. O texto prevê que, se o Estado não cumprir o teto de gastos da PEC, fica vetado dar aumento acima da inflação, com impacto nas despesas obrigatórias. Como o salário mínimo está vinculado atualmente a benefícios da Previdência, o aumento real ficaria proibido.
- Salário mínimo em 2016: R\$ 880,00. Se a PEC estivesse em vigor desde 2006, o salário mínimo atualmente seria: R\$ 550,00.





PLP 257/2016 PREVÊ CONGELAMENTO DE SALÁRIOS E SUSPENSÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 257/2016 traz uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores, principalmente aos servidores públicos federais, estaduais e municipais. As medidas propostas, que fazem parte de um ajuste fiscal iniciado em 2014, visam

manter o pagamento de juros e a amortização da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingindo diretamente o serviço público e os programas sociais. A suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de

progressões e outras vantagens (como gratificações), a destruição da previdência social e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores estão entre as medidas nefastas a serem implementadas caso o projeto seja aprovado pelo Senado.

LEI DA MORDAÇA TENTA USURPAR O PENSAMENTO CRÍTICO DO AMBIENTE ESCOLAR

EM CAMPO GRANDE/MS, O PROJETO FOI COMBATIDO PELO MOVIMENTO SINDICAL DA EDUCAÇÃO E DEMAIS MOVIMENTOS SOCIAIS

O projeto de lei intitulado “Escola Sem Partido”, apelidado de “Lei da Mordaza”, que tenta usurpar o pensamento crítico do ambiente escolar, tramita em várias casas legisladoras do país e tem como autores, em maioria esmagadora, líderes fundamentalistas. Em Campo Grande foi apresentada pelo vereador Paulo Siufi

(PMDB), que foi barrado pela luta dos movimentos sociais e sindicais no mês de junho. Na Câmara Federal, há três projetos tramitando baseados no Escola Sem Partido. O Projeto de Lei nº 7.180/2014, do deputado Erivelton Santana (PSC/BA); o PL 867/2015, do Izalci Lucas (PSDB/DF); e o PL 1.411/2015, de Rogério Marinho (PSDB/RN),

este sendo o único não ligado a alguma igreja. No Senado, o pastor evangélico Magno Malta (PR-ES) é autor de texto semelhante, apresentado como PLS 193/2016.

Os projetos são baseados no Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater a “doutrinação ideológica”. O próprio nome deste movimento é

enganador, pois nos coloca uma dicotomia entre uma escola sem partido ou uma escola com partido. Mas, não se enganem, não é isso que está em jogo. O Escola Sem Partido defende que professores não são educadores e que “formar o cidadão crítico” é sinônimo de “fazer a cabeça dos alunos”. É um projeto de escola que remove o seu caráter educacional, defendendo que os professores apenas instruem para formar trabalhadores sem capacidade de reflexão crítica.

Na prática, temas como homossexualidade ou ideologia de gênero não poderão ser discutidos em salas de aula, pois poderão ser considerados conteúdos conflituosos com as convicções religiosas ou morais dos pais e responsáveis. Assuntos sobre a conjuntura política e econômica do país também não poderão ser trabalhados nas escolas. Segundo o programa, o professor só deve abordar a matéria de forma isolada, sem tratar da realidade do aluno e do que está acontecendo no mundo, sem discutir o que acontece no noticiário ou na comunidade em torno da escola. Ele também proíbe a apresentação de conteúdo ideológico para os estudantes – nesse caso há uma evidente partidização, pois somente conteúdos considerados

de esquerda são citados, como se não houvesse uma ideologia de direita para manter a dominação e as injustiças. O projeto ainda prevê a fixação de cartazes nas salas de aula com uma lista de “Deveres dos Professores”, como na época da Alemanha nazista, quando a educação se transformou em um instrumento de doutrinação e massificação da sociedade.

O Escola Sem Partido é tão arbitrário como absurdo e tem como embaixador o ator pornô, Alexandre Frota. A proposta é tema, inclusive, de uma nota técnica do Ministério Público Federal encaminhada ao Congresso Nacional, no dia 22 de julho, no qual aponta a inconstitucionalidade de um dos projetos – PL 867/2015. O documento apresenta que, sob o pretexto de defender princípios como a “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, assim como o “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”, o Programa Escola Sem Partido coloca o professor em constante vigilância, principalmente para evitar que afronte as convicções morais dos pais. “O projeto subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços públicos e privados, impede o pluralismo de

ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88”, destaca a nota.

A escola deve ter clara a missão de levar o aluno a pensar e refletir. Hoje, mais do que nunca, é preciso reencantar a educação, que se configura como a mais avançada tarefa emancipatória. Todos os povos na sua história mostram que a educação só vai ter sentido se ela emancipar. Ela tem papel determinante na criação da sensibilidade social, tão necessária para reorientar a sociedade. Uma sociedade onde caibam todos só é possível em um mundo no qual caibam muitos mundos.

O papel da escola deve ser o de superar o preconceito e dar espaço para a pluralidade do pensamento. É preciso ter claro que, como afirmou Galileu Galilei (1564/1642), a educação é limitada: “não se pode ensinar tudo a alguém, só pode ajudá-lo a encontrar por si mesmo”. Mesmo assim, a escola não deve se furtar ao papel de preparar alunos para o exercício da cidadania. Que a nossa escola seja uma escola de busca de saberes que reencante o mundo, a vida, as pessoas.



CONHEÇA OS DEMAIS ATENTADOS À CONSTITUIÇÃO E AOS DIREITOS DE CIDADANIA DO POVO BRASILEIRO:

1. Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4.302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);
2. Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
3. Instituição do Acordo Extrajudicial de Trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
4. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7.549/2014 – Câmara);
5. Suspensão de contrato de trabalho (PL 1.875/2015 – Câmara);
6. Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4.193/2012 – Câmara);
7. Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (PL 7.341/2014 – Câmara);
8. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8.294/2014 – Câmara);
9. Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3.785/2012 – Câmara);
10. Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1.463/2011 – Câmara);
11. Redução da jornada com redução de salários (PL 5.019/2009 – Câmara);
12. Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6.411/2013 – Câmara);
13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6.906/2013 – Câmara);
14. Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3.842/2012 – Câmara, PL 5.016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
15. Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);

16. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);
17. Sustação da Norma Regulamentadora (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1.408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);
18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5.140/2005 – Câmara);
19. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2.409/2011 – Câmara);
20. Sustação da Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1.358/2013 – Câmara);
21. Sustação das Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1.615/2014 – Câmara);
22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2.820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);
23. Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3.342/2015 – Câmara);
24. Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 – Senado);
25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil (PL 3.871/2015 – Câmara);
26. Reforma da execução trabalhista (PL 3.146/2015 – Câmara);
27. Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5.288/2009 – Câmara);
28. Alteração da Lei nº 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e da Lei nº 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);

29. Alteração da Lei nº 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 – Senado);
30. Alteração da Lei nº 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 – Senado);
31. Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4.059/2012 – Câmara e PL 2.269/2007 – Câmara);
32. Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício (PLC 34/2015 – Senado);
33. Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara);
34. Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara);
35. Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 – Câmara);
36. Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4.497/2001 – Câmara);
37. Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara);
38. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6.726/2013 – Câmara);
39. Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6.726/2013);
40. Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 – Senado);
41. Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);
42. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado);

43. Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 – Câmara);
44. Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);
45. Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);
46. Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5.069/2013 – Câmara);
47. Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo o ciclo das políticas (MPV 696/2015 – Senado);
48. Instituição do Estatuto do Nascituro – provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal (PL 478/2007 – Câmara);
49. Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para grupos LGBTs e mulheres: não reconhecimento como família – ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6.583/2013 – Câmara);
50. Redução da maioria penal (PEC 115/2015 – Senado);
51. Instituição do Estatuto do Desarmamento (PL 3.722/2012 – Câmara);
52. Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 – Senado);
53. Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2.517/2015 – Senado);
54. Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais (PRC 191/2009 – Câmara);
55. Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 – Câmara).

Fonte: CUT



NOVO ENSINO MÉDIO

**A REFORMA QUE DEFORMA
A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**MP 746/2016 vai contra Plano Nacional de
Educação (PNE) e Lei de Diretrizes e Bases**



A “ampla reforma” do Ensino Médio, anunciada pelo governo ilegítimamente instalado, para ser arbitrariamente implementada por meio da Medida Provisória (MP) 746/2016, representa (mais) um golpe nas conquistas que, nos últimos anos, fortaleceram a cidadania do povo brasileiro.

Nesta etapa do desmonte nacional, o alvo é a Educação. Mas a vítima, de fato, é a maioria da população, todos aqueles que não fazem parte da elite golpista, desesperada por devolver os pobres à condição da qual não deveriam ter ousado sair, segundo acreditam os que tomaram o poder.

A maneira simplista como está sendo proposta a “reforma” do Ensino Médio joga por terra todo o longo e estruturado processo que gerou o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, e que praticamente não saiu do papel. Ao desconsiderar todo esse processo de construção democrática do PNE, e simplesmente ignorar o diálogo possível e necessário com a sociedade, o governo está criando um instrumento que mais deforma do que reforma.

Aliás, o PNE, fruto de intenso e extenso debate, foi elaborado para guiar as decisões dos governos, assegurando à educação a condição de política de Estado, para que não fique à mercê de circunstâncias eventuais ou tendências de momento.

Enquanto o PNE estabelece que é preciso garantir que todos os docentes da Educação Básica tenham graduação na área em que atuam, a MP passa a permitir que profissionais com “notório saber” possam dar aulas de conteúdos de áreas afins à sua formação.

Ainda mais: a MP altera ainda

o artigo 26 da Lei nº 9.396/1996 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases) que define os componentes curriculares obrigatórios da Educação Básica, composto pelas etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Pela MP, serão obrigatórias somente as disciplinas de Português e Matemática, acabando a obrigatoriedade do ensino de Artes e de Educação Física no ensino médio. As disciplinas de Filosofia e Sociologia podem desaparecer completamente dos currículos, e o ensino de línguas também fica prejudicado, pois o inglês passa a ser a única língua estrangeira compulsória.

É uma medida que promove o empobrecimento cultural e educacional do currículo escolar, uma vez que todas as demais disciplinas estarão relativizadas, contrariando até mesmo a Constituição Federal, cujo artigo 208, o qual estabelece o dever do Estado para com a Educação, determina a sua garantia por meio do acesso aos “níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística”.

“A educação básica, conforme a legislação, deve qualificar para o trabalho, mas também assegurar uma formação para

o exercício da cidadania. Qualquer reforma tem de ser calçada nessa concepção, e não na lógica da MP, que estabelece uma visão mercadológica, em que a educação tem finalidade meramente instrumental. Ao estabelecer que apenas uma parte do ensino médio será comum a todos, e que após esse período se dará a separação dos alunos por opções formativas ou ênfases, que inclusive serão oferecidas de maneira facultativa pelos sistemas de ensino, sonegará o conhecimento para a ampla maioria dos estudantes, tal como ocorria no passado”, avalia a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), em artigo recentemente publicado pela revista Carta Capital.

Assim sendo, a reflexão necessária é a seguinte: qual é o projeto de sociedade que se fundamenta em decisões unilaterais apressadas, sem amplo debate, especialmente sem a participação dos mais interessados, que, no caso, são os próprios estudantes e a comunidade escolar?

Nos últimos anos, houve avanços importantes na Educação: o ensino fundamental foi praticamente universalizado, houve significativa ampliação das vagas para o ensino superior, e o acesso às universida-

des foi democratizado com a ação afirmativa das cotas raciais. E agora, o que se antevê é a volta de uma realidade cuja transformação custou anos de luta: a de uma sociedade com privilégios para poucos, calçada em profundas desigualdades sociais.

Os argumentos que têm sido expostos como sustentação para essa reforma são genéricos e superficiais. Ao passo que existe até certa unanimidade quanto à necessidade de mudanças na Educação, não se tem a dinâmica de ir a fundo nas questões que deveriam permear o debate, como o racismo, a homofobia, o sexismo, a dificuldade de letramento e as desigualdades de todas as ordens, fatores responsáveis por muitos dos insucessos do sistema atual.

Adolescentes e jovens estudantes das escolas públicas reivindicam participação direta nas possíveis mudanças na Educação. Eles sabem a educação que querem e, especialmente, a que não querem. Promoveram dezenas de ocupações de escolas pelo país, apresentando pautas e propostas para o ensino médio, e sobre a relação dos governos com as escolas públicas. Só no Paraná, foram quase 700 escolas ocupadas.

O CONTEXTO DA “REFORMA”

Longe de ser uma medida isolada, a MP integra um conjunto de iniciativas do governo ilegítimo contra a Educação. Como aponta a deputada Maria do Rosário, “estes que, comprometem o financiamento da Educação com a PEC 55, que congela os investimentos por 20 anos, e promovem a entrega do Pré-Sal, que poderia prover os recursos necessários para a valorização e a qualificação dos profissionais da Educação e enfrentar problemas estruturantes da educação brasileira, impedem também a perspectiva crítica e transformadora das escolas, reduzindo conteúdo, impedindo a livre expressão de ideias e debates através de programas falsamente ‘sem partido’, promovendo a perseguição aos docentes e aos estudantes e excluindo do ambiente escolar a diversidade humana”.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 tem como objetivo congelar por 20 anos os orçamentos de algumas áreas da administração pública como Educação, Saúde e Assistência Social, porque tira o investimento mínimo anual e permite que ele aumente apenas com a inflação. Assim, por 20 anos, podendo ser revisto após os primeiros 10 anos de sua aprovação, os investimentos nessas áreas não ganharão aumentos reais.

O diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Ricardo Volpe, que ajudou a elaborar a proposta, diz que o Brasil está com o maior histórico de despesa pública, com 20% do PIB, e para contornar a situação, o ajuste fiscal seria inevitável. Segundo o técnico legislativo, a PEC é uma saída gradual do cenário de crise. Assim, a PEC 55 foi sancionada para que o país possa ter menos despesas e ar-

recadar mais dinheiro para conseguir pagar a dívida pública no cenário de crise econômica e continuar atraindo investidores.

Segundo Maria Lucia Fattorelli, auditora aposentada da Receita Federal e fundadora do movimento “Auditoria Cidadã da Dívida” no Brasil, a dívida pública, tecnicamente, é uma forma de complementar o financiamento do Estado. Em princípio, não há nada errado no fato de um país, de um estado ou de um município se endividar, porque o que está acima de tudo é o atendimento do interesse público. Se o Estado não arrecada o suficiente, em princípio, ele poderia se endividar para o ingresso de recursos para financiar todo o conjunto de obrigações que o Estado tem. Teoricamente, a dívida é isso. É para complementar os recursos necessários a fim de que o Estado cumpra com as suas obrigações.

O Brasil, só em 2015, arrecadou R\$ 502 bilhões para o pagamento da dívida pública. Em 2014, por exemplo, os juros da dívida subiram de 251,1 bilhões de reais para 334,6 bilhões de reais. Ou seja, apesar de a metade do nosso orçamento arrecadado pelos trabalhadores ser diretamente desviada para o pagamento da dívida pública, esta não para de crescer. Em contrapartida, os investimentos em Educação e Saúde, por exemplo, só têm sofrido cortes bilionários nos

últimos anos.

O governo diz que é preciso conter a crise econômica e atrair investidores. Porém, como explicar a crise econômica num contexto em que uma das 12 instituições detentoras dos títulos da dívida pública, o Banco Itaú, teve um aumento de lucro anual de 15% somando R\$ 23,35 bilhões justamente em 2015, um ano de crise econômica e ajustes fiscais? Se os supostamente prejudicados pela crise econômica estão tendo lucros recordes, por que o go-



verno ainda quer garantir o repasse do dinheiro público para os bancos? A quem serve o reajuste fiscal e o congelamento dos gastos públicos?

Aproximadamente 85% da dívida pública vai para apenas 0,3% dos detentores do título da dívida, segundo o próprio Conselho Federal de Economia (Cofecon). Assim, cerca de R\$ 420 bilhões dos cofres públicos são desviados diretamente para ínfimos megainvestidores.

Na análise do Cofecon, é falso o diagnóstico de que o aumento no gasto público seja proveniente das despesas com Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social. A entidade defende que os gastos com juros da dívida pública são responsáveis por 80% do *deficit* nominal, o que agravou a situação fiscal do país, ao lado de renúncias fiscais excessivas, do combate ineficaz à sonegação fiscal, da frustração da receita e do elevado grau de

corrupção.

Além disso, países como Japão e Estados Unidos detêm respectivamente 229% e 104% do PIB comprometidos com a dívida pública. Outros países “desenvolvidos”, como Alemanha, França e os Países do Reino Unido, detêm dívidas maiores que a brasileira, continuam com muito mais investimento percentual em gastos públicos e não tomam medidas tão drásticas como a PEC 55.

NA CONTRAMÃO?

Enquanto se discute a necessidade de contenção de gastos públicos, a Câmara dos Deputados aprovou aumento salarial para os cargos do Executivo, Legislativo e Judiciário, gerando impacto de 50 bilhões em quatro anos. Só para o Judiciário, o reajuste vai variar entre 16,5% e 41,47%. Ministros do STF terão salários passando dos atuais R\$ 33.763 para R\$ 39.293,30. Para o Legislativo terá aumento de 20%.

Também foi aprovado projeto que prevê reajustes a funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme o projeto, a estimativa de custo para 2016 é de R\$ 82,5 milhões; em 2017, será de R\$ 79,14 milhões; em 2018, o impacto será de R\$ 79,7 milhões; e em 2019, de R\$ 78,3 milhões. Ou seja, em quatro anos, o impacto acumulado será de cerca de R\$ 320 milhões apenas para esses funcionários.

ESTUDANTES OCUPAM ESCOLAS EM PONTA PORÃ, PEDRO GOMES E UNIVERSIDADES

Os protestos acontecem contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. Alunos dizem que governo Temer não representa o povo

Estudantes do ensino médio ocuparam no dia 18 de outubro a Escola Estadual Nova Itamarati, no distrito de mesmo nome, em Ponta Porã. Os estudantes protestaram contra a aprovação da PEC 55, que cria um teto para os gastos públicos e congela as despesas do governo federal nas áreas de saúde e educação.

Pelo menos 80 alunos do terceiro ano do ensino médio acamparam na escola. Eles também protestavam contra a Reforma do Ensino Médio e a Lei da Mordada, em discussão no Congresso Nacional.

Segundo Caroline Ximenes Borralho, uma das representantes do movimento, “os alunos ocu-

param a escola, e as aulas foram suspensas. Alguns pais de alunos também participaram do protesto.”

A Escola Nova Itamarati foi a primeira a ser ocupada pelo movimento dos estudantes em Mato Grosso do Sul. O movimento já está sendo chamado de “Primavera Secundarista” em todo o Brasil.

No dia 23 de outubro, a Escola Estadual Cleuza Teodoro, no município de Pedro Gomes, também foi ocupada por 67 estudantes. Aproximadamente 250 alunos assinaram um manifesto contra a PEC 55. De acordo com o presidente do Grêmio Estudantil, João Pedro Noronha, de 16 anos, houve resistência da coordenação da es-



Escola Estadual Nova Itamarati ocupada no dia 18 de outubro. Primeira escola a ser ocupada no MS.



Alunos da Escola Estadual Cleuza Teodoro em Pedro Gomes. Ocupação aconteceu no dia 23 de outubro. Foto: Idest



Campus da UEMS em Campo Grande foi ocupado no dia 7 de novembro. Foto: Marcos Ermínio/Campo Grande News



Passeata dos alunos da Escola Prof.ª Dóris Mendes Trindade, em Aquidauana, no dia 7 de novembro. Foto: Diário Digital

cola. “A polícia foi chamada, mas recebemos o apoio e a intervenção do Conselho Tutelar e do Ministério Público”, disse.

A Escola Prof. José Edson Domingos dos Santos, no Assentamento Itamarati I, em Ponta Porã, foi ocupada por alunos no dia 26 de outubro. A instituição fica a cerca de sete quilômetros da Escola Estadual Nova Itamarati, primeira a ser ocupada na região.

Universidades – Estudantes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), de Paranaíba, ocuparam a unidade no dia 28 de outubro, após assembleia entre os centros acadêmicos de Direito, Pedagogia, Ciência Sociais e a Atlética.

O campus II da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Três Lagoas foi ocupado no dia 2 de novembro. Já o campus I, foi ocupado depois do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que foi realizado nos dias 5 e 6 de novembro. Em Campo Grande, o campus da UEMS foi ocupado no dia 7 de novembro por cerca de 400 alunos.

Ainda no dia 7 de novembro, uma ocupação simbólica e uma passeata dos alunos da Escola Estadual Prof.ª Dóris Mendes Trindade, em Aquidauana, reforçou os protestos contra as medidas do governo Temer. Cerca de 300 estudantes participaram do manifesto, organizado pelo Grêmio Estudantil com o apoio da direção do colégio.

O presidente do Grêmio, Milton Guilherme Carrilho Soares, estudante do 2º ano do ensino médio, ressaltou a importância da juventude nos atos a favor dos direitos adquiridos. “Estamos protestando contra as medidas do governo. Deputados, vereadores e demais representantes foram eleitos pelo povo para serem a nossa voz, mas está acontecendo o contrário, não estão nos representando. Um exemplo é a MP que retira disciplinas obrigatórias do ensino médio, como sociologia e filosofia, igual aconteceu na época da Ditadura Militar. Essas disciplinas também foram retiradas da grade curricular porque era perigoso para o governo, e hoje está acontecendo

a mesma coisa, a história está se repetindo. Eles querem formar cidadãos que não saibam nada de política, que só servirão para trabalhar 12 horas por dia”, discursou para os demais alunos.

O presidente do Simted Aquidauana, Florêncio Garcia Escobar, presente no ato, estava emocionado com a juventude aquidauanense. “Mais uma vez a população vai às ruas para pedir democracia, para pedir garantia dos seus direitos. Me emociona ver a juventude engajada na luta, é através dela que vamos conseguir mudar esse país. A Escola Dóris está chamando a atenção com esse ato, para mostrar a indignação dos estudantes com a política do governo federal, uma política que quer acabar com todos os direitos da classe trabalhadora, e também dos estudantes, com o fim da garantia do FIES, da garantia do Ciências sem Fronteiras, da garantia do ensino médio, pautados no Congresso Nacional para serem extintas.”

Com informações do MidiaMax, Diário Digital, MS News e Idest

ALUNOS SOFREM REPRESÁLIAS DURANTE OCUPAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL

Para desocupar escola, juiz autoriza uso de instrumentos similares aos de tortura

Por decisão do juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (TJDFT), a Polícia Militar ficou autorizada a utilizar instrumentos similares aos de tortura para desocupar o Centro de Ensino Asa Branca (Cemab) de Taguatinga Sul, ocupado no fim de outubro por alunos contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que propõe o congelamento de gastos públicos por 20 anos. Na capital do país, 13 colégios, quatro instituições federais e a Universidade de Brasília (UnB) foram ocupados.

A medida, segundo o juiz, deveria ser utilizada como "forma de auxiliar no convencimento à desocupação das escolas". O juiz Oliveira ressaltou em um trecho da decisão, que a Polícia

Militar restringisse o acesso a terceiros, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes, até que a ordem fosse cumprida. Ele também proibiu a entrada de alimentos.

"Autorizo, ainda, o uso de instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono. Tais autorizações ficam mantidas independentemente da presença de menores no local, os quais, a bem da verdade, não podem lá permanecer desacompanhados de seus responsáveis legais", escreveu Oliveira na decisão.

Vale ressaltar que tais medidas como isolamento físico e privação de sono estavam entre as técnicas de interrogatório permitidas pela agência de



inteligência dos Estados Unidos (CIA) para combater o terrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Os alunos desocuparam o colégio pacificamente no dia primeiro de novembro e foram revistados e notificados por policiais militares.

Com informações do Educação UOL
Foto: Polícia Militar DF

CONTE PARA GENTE
E A GENTE CONTA
PARA VOCÊS.

Se sua escola estiver desenvolvendo algum projeto, atividade ou ação que envolva e beneficie a comunidade escolar, entre em contato com a Revista Atuação e conte o que está acontecendo.

A história da sua escola pode render uma boa reportagem sobre a Educação Pública.

E-mails: revistaatuacao@gmail.com / assessoriafetems@gmail.com

ACOMPANHE A FETEMS NAS MÍDIAS SOCIAIS

REVISTA
ATUAÇÃO



facebook/fetems



twitter/fetems

You Tube

youtube/fetems

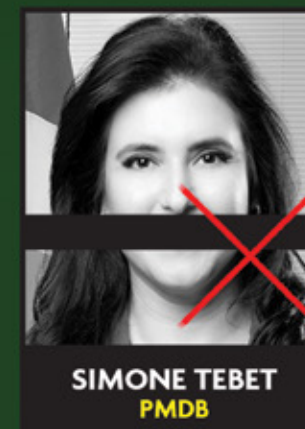
REVISTA
ATUAÇÃO

INIMIGOS DO POVO BRASILEIRO

Senadores e Deputados de MS
que votaram a favor da PEC 55



PEDRO CHAVES
PSC



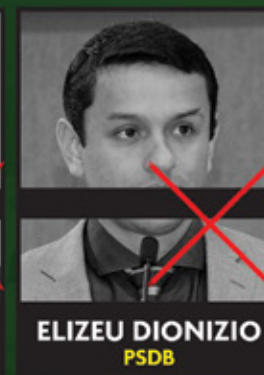
SIMONE TEBET
PMDB



WALDEMIR MOKA
PMDB



MANDETTA
DEM



ELIZEU DIONIZIO
PSDB



TEREZA CRISTINA
PSB



MARUN
PMDB



GERALDO RESENDE
PSDB

PEC do Teto dos Gastos Públicos vai estagnar o desenvolvimento do Brasil

Aprovada pelo Senado Federal no dia 29 de novembro de 2016, a PEC 55 - PEC do Teto dos Gastos Públicos congela por 20 anos, gastos com saúde, educação e assistência social. Ou seja, agora o investimento será menor nessas áreas, o que irá contribuir para um retrocesso no desenvolvimento e no crescimento econômico do país, além de colocar em risco o bem-estar social.

FETEMS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL
FILIADA A CUT CNE DRESE
73 SIMTEDs afiliados

MOVIMENTO SINDICAL EM

ALERIA

Contra a terceirização e outros projetos de lei que ameaçam a Educação Pública e os direitos dos trabalhadores brasileiros

Fotos:
Renato Alves - Frisson
Comunicação

Em entrevista à revista *Atuação*, a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), Iêda Leal de Souza, diz que a terceirização é inconstitucional, ameaça a qualidade do ensino público, os profissionais da Educação e as demais categorias de trabalhadores. Para ela, o movimento sindical precisa estar em alerta, mobilizar-se contra o PLC nº 30/2015, as OSs, a militarização e outros retrocessos que visam o fim dos direitos já consolidados.

A professora Iêda Leal milita no movimento sindical desde 1990, suas bandeiras de lutas incluem a construção de uma educação pública digna, com valorização dos profissionais, combate ao racismo, ao machismo e todas as formas de preconceito e discriminação.

Atualmente, além de ser vice-presidenta do SINTEGO, é secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT/GO), conselheira do Conselho Estadual de Educação de Goiás, presidenta da Câmara de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação de Goiás, coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia González e membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros do Ministério da Educação (MEC).

Confira a entrevista:

Atuação – No que consiste o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30/2015 e quais suas implicações para o ensino público?

Iêda – Essa lei, na realidade, versa sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho das empresas privadas. A princípio, não é uma lei

que se aplica à administração pública. O que nos preocupa é que um projeto dessa natureza, que atinge trabalhadores(as) de empresas privadas, é uma porta aberta para afetar também os(as) trabalhadores(as) do serviço público, como no caso das OSs na Saúde e na Educação Pública. As mudanças não ocorrem de uma vez. São flexibilizações dessa natureza na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] que devagarzinho vão chegando também às instituições públicas e causarão um transtorno, e é uma afronta aos serviços públicos.

Atuação – Como fica a comunidade escolar e o projeto político-pedagógico no processo de terceirização?

Iêda – O que acontece na terceirização é a redução de investimentos na área educacional, o controle da autonomia dos(as) educadores(as). A terceirização tem como fim ensinar para o teste e melhorar médias, ou seja, deseja-se a padronização. Além disso, estudos mostram que esse modelo tem a prática de descartar escolas com maiores dificuldade como, por exemplo, as periféricas e com pior avaliação. Tendo fracassado com estas escolas, o Estado as abandona. Em suma, há um estreitamento curricular, um progressivo abandono da pluralidade na formação da juventude.

Atuação – A quem de fato interessa a terceirização do ensino público?

Iêda – Certamente às empresas e aos gestores com o compromisso de usurpar o dinheiro público. Terceirizar não é uma reforma educacional, mas uma reforma fiscal. O que está em jogo não é a qualidade de ensino nem o direito à Educação Pública e de qualidade, mas o montante financeiro que se movimenta quando se terceiriza.

Atuação – A terceirização



“O que acontece na terceirização é a redução de investimentos na área educacional, o controle da autonomia dos(as) educadores(as). A terceirização tem como fim ensinar para o teste e melhorar médias, ou seja, deseja-se a padronização”

põe fim às conquistas de direitos dos trabalhadores em Educação (professores e administrativos)?

Iêda – Sim! Sem sombra de dúvidas. O que se pretende é eliminar servidores públicos



“Todos os sindicatos devem ficar em alerta. Vivemos numa conjuntura política muito frágil e aqueles que são contra os(as) trabalhadores(as) não hesitarão em tirar direitos duramente conquistados”

efetivos e de carreira e em troca contratar trabalhadores sem direitos trabalhistas ou com direitos reduzidos, além de reduzir gastos com aposentadoria. O que se pretende é atender à Lei de Responsabilidade Fiscal. Por trás de tudo isso há a compreensão de que Educação é gasto e não investimento.

Atuação – Se o objetivo da escola é educar de forma a garantir o desenvolvimento do aluno, formando cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em sociedade, como estabelece a Constituição, a terceirização da Educação não seria inconstitucional, uma vez

que visa à lucratividade e não a qualidade do ensino?

lêda – A tentativa de terceirizar as escolas via OSs é inconstitucional e vai contra a LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Como eu disse anteriormente, escolas terceirizadas educam para a padronização e não é isso que visa a LDB. É importante salientar que no Brasil não há OSs em experiências com Educação como foi amplamente divulgado. Em outros países como os Estados Unidos e Chile, pesquisas demonstram que as experiências não trouxeram avanços, pelo contrário, houve retrocesso. O Chile é hoje, por exemplo, uma sociedade muito mais desigual do que era antes da privatização da Educação. O que querem fazer aqui em Goiás é importar um modelo que não deu certo, as *Charters Schools*, dos Estados Unidos. O questionamento que fica é por que importar um modelo educacional que não deu certo. Não queremos copiar nada de outros países, muito menos aquilo que não deu certo. Precisamos de uma escola que abarque a nossa cultura, leve a sério nossas necessidades como nação.

Atuação – Qual o papel do movimento sindical da Educação diante da ameaça de alguns governos estaduais em terceirizar a Educação Pública?

lêda – Todos os sindicatos devem ficar em alerta. Vivemos numa conjuntura política muito frágil e aqueles que são contra os(as) trabalhadores(as) não hesitarão em tirar direitos duramente conquistados. Defender os direitos dos(as) trabalhadores(as) é o dever de cada sindicato, na busca por manter a qualidade de vida das pessoas e do ensino público do nosso país, uma vez que são os filhos dos(as) trabalhadores(as) que frequentam as escolas pú-

blicas.

Atuação – Em Goiás, o modelo de gestão terceirizada foi aplicado em hospitais. Qual sua avaliação da implantação desse modelo na saúde?

lêda – Os escândalos estão aí para todos verem. Sempre se inicia com um montante em investimento que de repente aumenta consideravelmente. São os famosos aditivos.

Conforme dados do Sindsaúde de Goiás, no início da privatização da saúde, a OS responsável recebeu 94 milhões para gerir o maior hospital público do estado. No final de 2014, com os aditivos, o valor subiu para 163 milhões, ou seja, 73% de aumento.

O contrato inicial, em 2012, teve valor de 66 milhões, no HGG 2014, com os aditivos, subiu para 122 milhões, aumento de 91%. Em 2012, no início da privatização, a OS escolhida para administrar o hospital recebeu 51 milhões. Em 2014, com os aditivos, o valor subiu para 87 milhões. Aumento de 70%.

É a isso que devemos ficar atentos. Na publicidade, o que se diz é que reduzirá gastos para trazer melhorias. Na verdade, a redução acontece somente nos direitos dos(as) trabalhadores(as) e quem leva vantagens são as empresas.

Atuação – Baseado na sua experiência sindical, qual o maior dano à sociedade brasileira caso o PLC nº 30/2015 seja aprovado no Senado?

lêda – O dano maior sempre recai sobre os(as) trabalhadores(as) que, com direitos precarizados, não têm como se sustentar ou sustentar sua família. Como consequência tem que se abdicar de lazer, de formação. Isso tudo acarreta prejuízos ao próprio desenvolvimento da nação brasileira como um todo, mantendo uma disparidade muito grande em classes:

a burguesia/gestores que usufruem de uma qualidade de vida e os(as) trabalhadores(as) que vivem em condições de miséria.

Atuação – Em que pé está o processo de terceirização do ensino público em Goiás?

lêda – No ano passado foram várias as lutas e os embates. Por ações do SINTEGO, junto ao Ministério Público de Goiás, Ministério Público Federal e Ministério Público de Contas, junto à OAB-GO, ao Ministério da Educação, ao FNE, pelo farto material gráfico de esclarecimento sobre as consequências da terceirização, além da ação dos estudantes que bravamente ocuparam as escolas, o governo recuou da implantação, por meio de ação do Ministério Público. Mas, infelizmente, mesmo com todo o embate da sociedade goiana e entidades nacionais e internacionais, vinculadas à Educação Pública, o governo insiste na transferência das escolas para as OS. É preciso ressaltar que continuaremos unidos lutando contra as OS e em favor da escola pública de qualidade.

Atuação – A militarização das escolas não fere o inciso VIII do artigo 3º da LDB, que preconiza a gestão democrática como um dos princípios do ensino público no país?

lêda – Na nossa compreensão, sim! Mas, lamentavelmente, o governo do Estado de Goiás, por meio de sua Secretaria de Educação, continua insistindo em militarizar escolas.

Atuação – Segundo dados do portal do aprendiz, Goiás tem aproximadamente 26 escolas públicas geridas pela Polícia Militar do estado. De quem foi a ideia de militarizar o ensino público no estado e quando isso começou?

lêda – O CPMG [Colégio da Polícia Militar de Goiás] foi criado pela Polícia Militar, em 1976. Era um colégio administrado

pela Polícia Militar e funcionava na academia da própria polícia. A partir de 1999, por idealização do governador Marconi Perillo, esse colégio transferiu-se para um dos colégios mais tradicionais de Goiânia, o Hugo de Carvalho Ramos. De lá para cá, foram surgindo mais escolas. No ano passado, o governo do Estado de Goiás, numa clara punição a professores que questionavam o descaso por parte do governo com a Educação, implantou mais dez escolas militares, num gesto abusivo de poder e com a anuência de vários deputados estaduais.

Atuação – Qual modelo de gestão escolar seria o ideal para o Brasil?

lêda – Não é fácil definir como seria a escola ideal, mas nós temos algumas pistas. A escola deve ser, antes de tudo, pública, gratuita e de qualidade. É preciso ser mais humanista com quem educa para a vida, que não tenha como base a hierarquização, como bem preconizou Paulo Freire. A escola precisa formar pessoas capazes de pensar, de estudar, de refletir sobre o ato de estudar, sobre as diferenças, que não seja machista, racista, homofóbica, que não permita nenhuma forma de preconceito.



“A escola deve ser, antes de tudo, pública, gratuita e de qualidade. É preciso ser mais humanista com quem educa para a vida, que não tenha como base a hierarquização, como bem preconizou Paulo Freire”



A política no novo tempo



A historiadora portuguesa Raquel Varela, na introdução do livro *Para onde vai Portugal?*, lembra que “otimista é um tolo”, como escreveu Ariano Suassuna, “e um pessimista um chato”, “bom mesmo é ser um realista esperançoso”, como ele rematava. A realidade pode ser diferente do que é: mesmo que a Terra pareça estar parada, ela se move. A sociedade não muda sozinha para melhor. Os revolucionários – aqueles que querem mudar o mundo – sabem que se não o mudarmos, ele pode nos transformar em seres tão feios e brutos como ele.

Percebe-se, atualmente, um novo vigor na discussão política. A política voltou a ocupar as ruas, as mentes e os corações. Política no sentido original do termo, criada pelos gregos do século V a. C., como a arte do bem comum. Política como a arte de corrigir as distorções que o próprio desenvolvimento

da vida em sociedade produz. É preciso, também, seguir as orientações do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) e diferenciar a “pequena política” da “grande política”. A primeira reduz a política à sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes. O que interessava aos partidos políticos eram as questões parciais e cotidianas no interior de uma estrutura já estabelecida. Era a política do dia a dia, da escolha do “melhor candidato”, da articulação parlamentar. Um universo restrito a corredores de intrigas e conchavos. O que se estabeleceu, então, foi a politicagem, as picuinhas, a mera disputa pelo poder sem questionar a quem serve o poder. A segunda, a “grande política”, é o campo no qual os embates eram travados entre classes sociais antagônicas, com vistas à formulação de propostas alternativas de sociedade. O problema é que a “pequena política” praticamente sequestrou a “grande

política”.

O grande desafio dos nossos dias é dar novamente voz e protagonismo à “grande política”, a fim de restituí-la ao seu local de origem – do qual nunca deveria ter saído: as praças, as ruas e os espaços públicos. Todos irmanados na convicção de que outro mundo, outra organização social é possível, é urgente e é necessária. A consciência de que a mobilização popular é um sólido instrumento de pressão e de conquistas sociais. Estamos caminhando nesse sentido.

O terreno da “grande política” voltou a se mover ao redor do mundo. Slavoj Žižek (2012), no livro *O ano em que sonhamos perigosamente*, discute as diversas rebeliões mundiais ocorridas em 2011, analisando os sonhos de emancipação que mobilizaram milhares de manifestantes em Nova York, com o Occupy Wall Street; na Espanha, com a Revolta dos Indignados; nos protestos nos subúrbios de

Londres e na Grécia. A mídia colocou um manto de silêncio por sobre esses eventos com o objetivo de matar o seu potencial emancipatório radical ou de encobrir sua ameaça à democracia burguesa. Não podemos deixar as lições das experiências desses eventos caírem no esquecimento.

A primeira lição é conhecer o perfil dos jovens que têm participado dos movimentos sociais e das manifestações públicas de protesto ao redor do mundo. Um novo sujeito político e social adentra o palco da “grande política”. A expansão do conceito de desemprego deslocou o foco dos trabalhadores assalariados como protagonistas dos movimentos emancipatórios para os novos atores sociais, isto é, os indivíduos que podemos denominar de “os sem lugar na sociedade capitalista” (ou seja, sem teto, sem-terra, sem trabalho, sem direitos). Aqueles que os defensores da velha ordem feudal chamavam de forma pejorativa de “populacho”, e que preferimos denominar de movimento dos sem. Eis a nova classe potencialmente revolucionária, segundo Žižek (2012).

Os ventos da rebeldia popular chegaram ao Brasil com dois anos de atraso, em 2013, com as denominadas Jornadas de Junho de 2013. Foi um divisor de águas na história recente do Brasil. Fazia mais de 20 anos, desde o Fora Collor em 1992, que a população em massa não saía às ruas. A vida política e social brasileira não foi mais a mesma. A letargia acabou. A população voltou a tomar as ruas para o bem e para o mal: no sentido emancipador e democrático, assim como no sentido conservador e autoritário.

As Jornadas de Junho começaram como um protesto contra o aumento nas passagens do transporte público na cidade de

São Paulo liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL). O MPL já havia liderado protestos em Salvador/BA, em 2003, conhecida como A revolta do Buzu, e em Florianópolis/SC, em 2005, com a Revolta da Catraca. Em certo momento, a luta contra o aumento de 20 centavos do transporte em São Paulo tomou novos rumos e transformou-se em “luta” contra a corrupção. O MPL abandonou as rebeliões. Ocorreu a transição de um movimento emancipador para um movimento conservador porque a luta contra a corrupção sempre foi uma bandeira da direita, desde os tempos do ex-presidente Janio Quadros, passando pelo Golpe Militar de 1964, até a “Caça aos Marajás” do Fernando Collor, nas eleições presidenciais de 1989.

A polissemia das vozes de 2011, no mundo, e as Jornadas de Junho no Brasil, trouxeram novos desafios, e seus diferentes desdobramentos já podem ser analisados numa perspectiva histórica em 2016. Na Grécia, após a catarse da ocupação da Praça Syntagma em 2011, foi criado o Siriza (partido político cuja sigla significa Coalização da Esquerda Radical), vitorioso nas eleições de 2014. Infelizmente, o Siriza curvou-se às imposições do FMI e, talvez, seja mais um exemplo a não ser seguido. Na Espanha, imediatamente após a Revolta dos Indignados em 2011, a direita ganhou as eleições presidenciais naquele ano, mas surgiu também o Movimento Podemos. O Podemos possui forma de organização horizontal utilizando os recursos das novas tecnologias em suas reuniões e assembleias. Não existe uma liderança centralizada que determina de cima para baixo as decisões do Movimento, mas uma lógica diversa em que a movimentação dos debates e das discussões produz as lideranças. O Podemos, hoje, é

considerado o segundo partido na Espanha. No Brasil, em 2016, surgiram duas novas organizações socialistas: o NOS (Nova Organização Socialista), sediada no Rio de Janeiro, e o MAIS (Movimento para uma Alternativa Independente Socialista), em São Paulo. As duas estiveram unidas na campanha do Marcelo Freixo para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016.

O aumento do descontentamento continua. Em 2015, ocorreram ocupações das escolas públicas paulistas pelos estudantes secundaristas. Foi o acontecimento político mais importante de 2015, inspirado na revolta dos estudantes secundaristas chilenos de 2013. Os estudantes paranaenses ocupam as escolas em 2016.

As diversas rebeliões poderão se transformar em revolução? Até quando a violência policial poderá sufocar a verdade? São perguntas cujas respostas não estão estabelecidas porque não há fatalismo ou determinismo em história. A história é constituída pelas lutas de classes sociais com interesses antagônicos, e a construção do amanhã dependerá da organização e da disposição das classes em conflito.

Paulo Edyr Bueno de Camargo é professor mestre em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) pauloedyr@uol.com.br

Observações: O artigo completo está disponível para leitura no Sistema de Submissão de Trabalhos – Faculdade de Educação da Unicamp - www.fe.unicamp.br

Título: O APROFUNDAMENTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL (2008) E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: APONTAMENTOS PARA UM PROJETO DE PESQUISA A RESPEITO DAS RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Autor: CAMARGO, Paulo Edyr Bueno (UEMS)
Coautor: SANTOS, José Barreto (UEMS)

FETEMS

encerra

2016*com atividades que entram para a***história***da maior entidade sindical de*
Mato Grosso do Sul

O ano de 2016 foi marcado por desafios, e, sem medo, a FETEMS, unida aos seus 73 sindicatos filiados, conseguiu superar a maioria deles, transformando os obstáculos do caminho em oportunidades, melhorias e crescimento. Agregamos forças, aprendemos mais uma vez, que a organização é a melhor estratégia para alcançarmos objetivos comuns e entendemos que a ação política é parte necessária e essencial à vida sindical.

Durante todo o ano fizemos grandes mobilizações na luta pelos nossos direitos, diversas atividades de debate e reflexão, fomos para a mesa de negociação com o governo, avançamos nas conquistas e sabemos que ainda é preciso muito mais nesse cenário de retrocessos nos direitos da classe trabalhadora e desmonte do estado de direito. Por isso temos clareza que a realidade muda, os cenários também e sempre precisamos ter posicionamento. Hoje, talvez, algumas questões não pareçam conquistas tão simbólicas, como foi a implantação da política salarial do Piso Nacional por 20h do magistério, que, com o passar do tempo, permitiu-nos ter o melhor salário pago no país.

Para encerrar esta edição, lembramos momentos marcantes da luta neste ano e renovamos com os trabalhadores e as trabalhadoras em Educação o nosso maior compromisso: continuar lutando por nossos direitos com muita responsabilidade e ética.

Garantia do reajuste dos professores para o mês de fevereiro!

Após negociações, a FETEMS garantiu o reajuste de 11,36% para os professores, referente ao Piso Salarial Nacional, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em janeiro. Com o percentual, o salário-base do professor estadual de MS, por 40 horas, passou de R\$ 2.830,26 para R\$ 3.151,78. Nacionalmente, o valor do piso mínimo estabelecido pelo MEC para 2016 é de R\$ 2.135,64.

“Unindo Atitudes – A escola inteira pelo fim da violência contra a mulher”



No Dia Internacional da Mulher, a FETEMS lançou, em parceria com a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (CMB), a sua campanha “Unindo Atitudes – A escola inteira pelo fim da violência contra a mulher”. Na ocasião, representantes sindicais das escolas das redes municipal e estadual, de Campo Grande e região, reuniram-se na sede da Casa da Mulher Brasileira e tiveram a oportunidade de conhecer de perto o projeto e seus mecanismos de combate à violência. A Federação promoveu diversas ações de conscientização, entre elas a Aula da Cidadania, referente ao tema da campanha, para serem trabalhadas nas escolas públicas de todo o estado.

Rumo a Brasília para a marcha dos 100 mil

No dia 31 de março, a FETEMS e seus 73 sindicatos de base partiram rumo a Brasília/DF para a Marcha dos 100 mil. Os educadores de todo o país se uniram aos demais trabalhadores e saíram às ruas em defesa dos seus direitos:

Contra a Privatização da Educação: verba pública só para escolas públicas

- Não às Organizações Sociais (OSs).
- Não à militarização das escolas.

- Não à mercantilização da Educação.

Contra a Reforma da Previdência

- Não ao fim da aposentadoria especial dos professores.
- Não ao aumento da idade para aposentadoria.
- Não à mesma idade para aposentadoria de homens e mulheres.

Greve Nacional em Março



A FETEMS somou na Greve Nacional da Educação em Mato Grosso do Sul, nos dias 15, 16 e 17 de março. O lema nacional da greve foi: “Não à Perda de Direitos dos Trabalhadores em Educação”, e as pautas foram: pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional dos professores; contra a terceirização; contra a entrega das escolas públicas às Organizações Sociais (OSs); contra o parcelamento de salários e contra a militarização das escolas públicas.

As ações foram concentradas nos municípios. Cada sindicato de base fez sua reivindicação, inserindo as pautas locais.

Campanha contra o abono salarial para funcionários administrativos

A entidade foi à luta nos meses de março e abril contra os R\$ 200,00 de abono oferecidos aos administrativos do estado, somou na luta com o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais e foi para as ruas dizer não ao “duzentão”. Após inúmeras rodadas de negociação, conselhos de presidentes e Assembleia Geral da categoria, foi definido que a entidade entrasse na justiça para a incorporação. Assim foi feito. A FETEMS judicializou a questão, mas as rodadas de negociação continuam para que o valor seja incorporado e para a construção do Plano de Cargos e Carreira da categoria.



9 DE JUNHO
PROTESTO
CONTRA A LEI
DA MORDAÇA



V Encontro de Aposentados no início de junho



Nos dias 2 e 3 de junho, a FETEMS realizou o seu V Encontro de Aposentados e Aposentadas da Educação. Os temas debatidos foram desde carreira, previdência até questões ligadas à qualidade de vida e saúde.

Educadores lutaram pelo veto da Lei da Mordça em Campo Grande



No primeiro semestre de 2016, educadores de Campo Grande protestaram contra o Projeto “Escola Sem Partido” (Projeto de Lei nº. 8.242/16), apelidado de “Lei da Mordça”. De autoria dos vereadores Paulo Siufi (PMDB), Dr. Cury (SD), Gilmar da Cruz (PRB), João Rocha (PSDB), Chocolate (PTdoB), Herculano Borges (SD) e Betinho (PRB), o projeto determinava que as escolas tivessem cartazes que “orientassem” o que o professor poderia ou não debater em sala de aula, proibindo a “ideologia de gênero” e a discussão “partidária”.

Graças ao empenho dos educadores da FETEMS, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Campo Grande (ACP) e de várias entidades ligadas à educação, às questões sociais e de gênero, o projeto foi vetado no dia 9 de junho pela Câmara Municipal.

Paralisação na luta por direitos!



Dia 10 de junho foi marcado como Dia Nacional de Luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da democracia.

Trabalhadores em Educação ocupam o MEC na luta por direitos e FETEMS participa da ação



O dia 29 de junho foi marcado pela luta contra a retirada de direitos. Trabalhadores(as) em Educação de todo o país ocuparam o Ministério da Educação (MEC), em Brasília, e na parte externa realizaram um grande ato com as bandeiras do ensino público gratuito, laico e de qualidade. A ação foi em resistência a uma série de direitos ameaçados e tirados pelo atual governo de Michel Temer (PMDB), que tem como ministro da Educação Mendonça Filho (DEM).



10 DE JUNHO
DIA
NACIONAL DE
LUTA

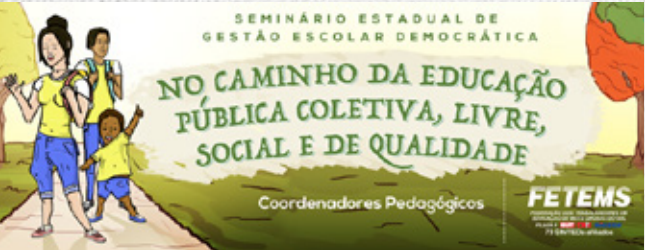


Encontro de Diretores da Rede Estadual



Nos dias 16 e 17 de junho de 2016, em Campo Grande/MS, a FETEMS realizou o seu primeiro Encontro Estadual de Diretores e Diretoras da Rede Estadual de Ensino. Vários temas como carreira, direitos, Plano Nacional de Educação e Base Nacional Curricular Comum foram abordados nesses dias de muito debate e construção. O momento resultou em um documento que foi entregue em reunião para a SED, com as reivindicações dos diretores, e os temas passaram a ser bandeiras de luta da entidade.

Encontro de Coordenadores Pedagógicos da Rede Estadual de Ensino



Nos dias 28 e 29 de julho, a FETEMS realizou o primeiro Encontro de Coordenadores Pedagógicos da Rede Estadual de Ensino, com o intuito de reunir a categoria, trocar experiências e debater os temas pertinentes ao dia a dia nas escolas.



Concurso de Remoção da Rede Estadual de Ensino

O governo do Estado publicou, no dia 8 de julho, em Diário Oficial, a abertura de inscrição para remoção da Rede Estadual de Ensino. O concurso é uma conquista da FETEMS depois de negociação com o poder público, pois nos preocupamos com os trabalhadores e as trabalhadoras em Educação que, por algum motivo, estão longe de seus municípios de origem ou familiares, ou ainda precisam dar continuidade a sua carreira em outra localidade.

Curso de Formação Regional em todo o Mato Grosso do Sul



Com o intuito de debater a importância da formação sindical na atual conjuntura do país e fortalecer as lutas em prol da educação pública de qualidade, a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) realizou seminários regionais com o tema “Fortalecendo a Luta dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação de MS”. Foram diversos encontros regionalizados durante o segundo semestre 2016. As cidades sedes foram Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina, Amambaí, Tacuru, Coxim, Três Lagoas e Paranaíba.



16 DE AGOSTO
PARALISAÇÃO
CONTRA O
PLP 257



FETEMS realiza paralisação e manifestações em agosto



Quando a rua se pinta de povo, quando o povo entende que só pode mudar a realidade lutando pelos seus direitos, a democracia do nosso país ganha o seu real sentido, e a FETEMS somou, mais uma vez, na luta em defesa da classe trabalhadora no dia 16 de agosto, quando paralisou mais de 97% das duas redes de ensino e fez um grandioso ato público nas principais ruas de Campo Grande, com 20 mil pessoas.

Audiência Pública no mês de agosto com mais de dois mil trabalhadores debate os retrocessos do PLP 257/16



O Dia Nacional de Luta contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, 16 de agosto, começou em Mato Grosso do Sul com um grande ato e caminhada pelas principais ruas de Campo Grande, com 20 mil pessoas. No período da tarde, cerca de dois mil trabalhadores seguiram para a audiência pública, proposta pelo deputado estadual João Grandão, que debateu os direitos dos trabalhadores e abordou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016.

FETEMS paralisa mais de 95% das escolas públicas e faz uma grande manifestação estadual em 73 municípios de MS

A FETEMS promoveu uma manifestação histórica no dia 22 de setembro, com mais de 95% das escolas da rede pública estadual e municipal, que pararam suas atividades. Simultaneamente, os trabalhadores foram para as ruas realizar uma grande “Aula da Cidadania”, que contou com a panfletagem de um material produzido pela Federação sobre a perda de direitos propostas pelo governo de Michel Temer (PMDB). As atividades fizeram parte do Dia Nacional de Luta.

FETEMS garante política de valorização dos trabalhadores em Educação



Após diversas rodadas de negociação com o governo, mesmo em meio à crise econômica, a FETEMS garantiu para os trabalhadores em Educação os seguintes benefícios:

- 1. Os professores receberão reajuste de 5,92% a partir de novembro (Folha de outubro). Esse reajuste é referente à política salarial de implantação do piso por 20h.
- 2. Também em novembro (Folha de outubro), os professores receberão a diferença de 11,36% do Piso Salarial Nacional, referente ao retroativo de janeiro.
- 3. 1/3 da hora-atividade de 2013, referente à ação judicial ganha pela FETEMS, para os professores que estavam em sala de aula. A diferença será paga em fevereiro de 2017 para quem recebeu errado e para quem ainda não recebeu.
- 4. O 13º salário será pago até 20 de dezembro.

- 5. Os administrativos da Educação terão possibilidade de incorporação do abono, ou parte dele, porém essa questão e outros pontos referentes à carreira serão debatidos a partir de novembro, com uma comissão FETEMS e governo.

Greve Geral contra os retrocessos



No dia 11 de novembro, a FETEMS paralisou mais de 95% das duas redes de ensino novamente, e os trabalhadores em Educação foram às ruas de todo o estado, em atos regionalizados no período da manhã e municipais no período da tarde contra a terceirização, a Lei da Mordaca, a PEC 241, o PLP 257, o PL 4.567, a reforma da Previdência, a reforma do Ensino Médio, a flexibilização do contrato de trabalho, a prevalência do negociado sobre o legislado, e em defesa da Lei do Piso.

FETEMS e CNTE na luta contra a MP 746 sobre a reforma do Ensino Médio



Com o mote “Reforma que deforma não serve para a educação”, os trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul lotaram a Assembleia Legislativa de MS, no dia 18 de novembro, onde participaram de Audiência Pública sobre a MP 746/2016, que trata da reforma do Ensino Médio. A Audiência Pública foi chamada pelo

senador Pedro Chaves (PSC), que é relator da MP 746 no Senado Federal. A audiência contou com a participação da FETEMS e dos seus 73 sindicatos filiados, da UNE, da CNTE, do movimento Ocupa UEMS, de representantes e pesquisadores da UFMS.

Encontro dos Administrativos em Educação



Nos dias 21 e 22 de novembro, a FETEMS reuniu mais de 300 administrativos em Educação de todo o estado, delegados tirados pelos sindicatos de base, para o Encontro Estadual da categoria, que debateu sobre o cenário nacional, o Profunionário de Nível Superior, educação financeira e organização das pautas de luta.

Em 2016, a FETEMS também judicializou algumas questões como:

- Ação Coletiva sobre Fundo de Garantia dos Convocados.
- Ações pleiteando férias para professores temporários, convocados ou por aulas complementares.
- Ação Coletiva pedindo FGTS aos professores convocados.
- Ação Coletiva pela incorporação do abono no salário dos administrativos.





www.cnte.org.br

cntrabril

cntr_oficial

USE CAMISINHA

EU SOU LIVRE. EU ME AMO.
EU ME CUIDO.
TODOS POR UM MUNDO
SEM HIV/AIDS



Viver em um mundo sem AIDS só depende das nossas atitudes. Usar camisinha nas relações sexuais previne não só a AIDS como outras doenças sexualmente transmissíveis e é um ato de amor próprio.

CNTB Brasil
Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação

Filiada à
CUT BRASIL

FETEMS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL
73 SIMTeds afiliados

i
Internacional
da Educação
www.ei-ie.org

CEA

FETEMS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

FILIADA À **CUT CNE DEESE**

73 SIMTEDs afiliados

Rua 26 de Agosto, 2296 - Bairro Amambai
Campo Grande - MS Cep 79005-030
(67) 3382-0036 / (67) 3321-5116
fetems@fetems.org.br

www.fetems.org.br